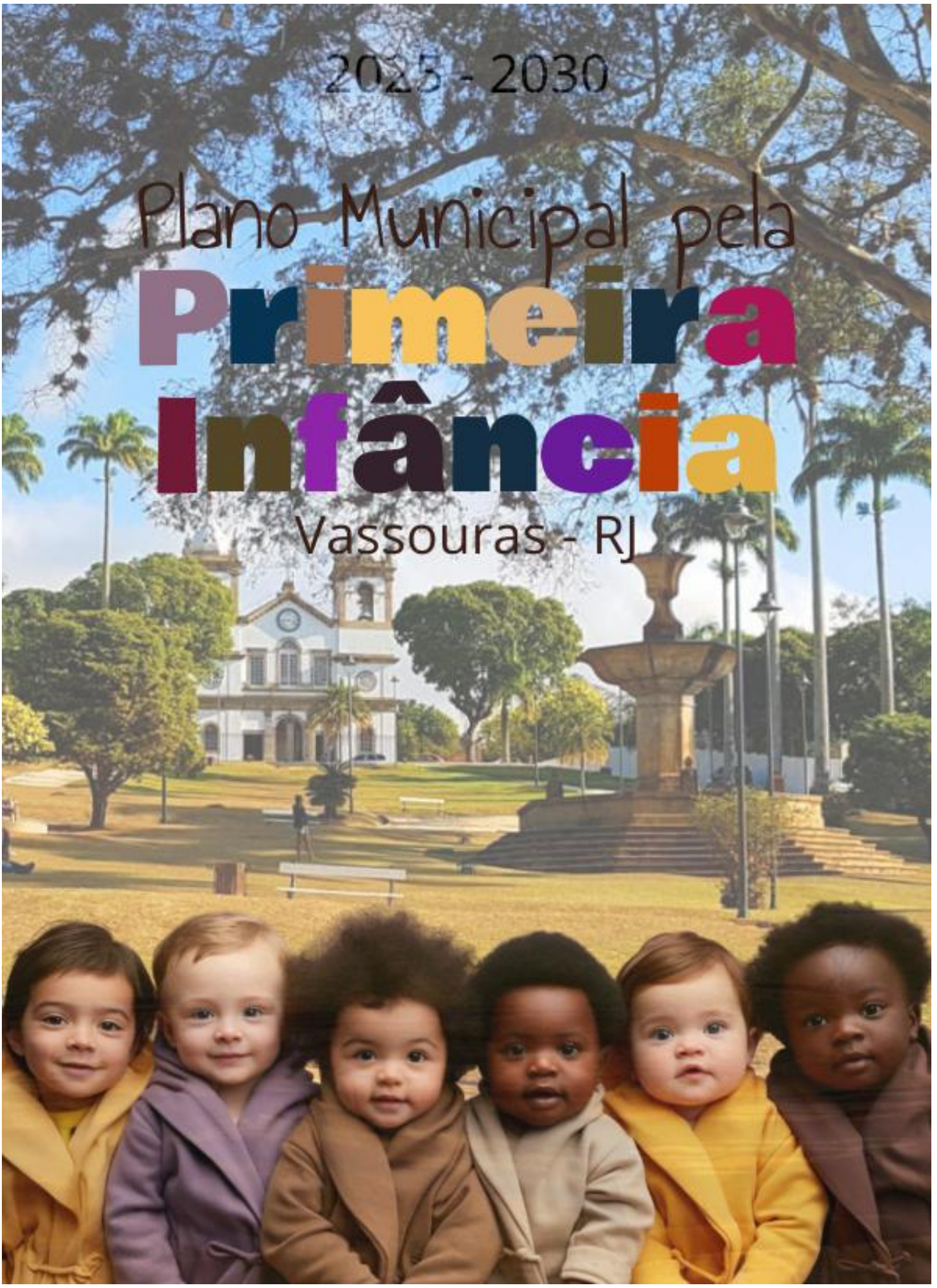

2025 - 2030
Plano Municipal pela
Primeira
Infância
Vassouras - RJ

PREFEITA MUNICIPAL DE VASSOURAS

ROSILANE PIVETE SILVA

VICE PREFEITO MUNICIPAL DE VASSOURAS

CASSIO DIAS DOS SANTOS CARDOSO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ROSA MARIA COELHO DE ALMEIDA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

MAURÍCIO FERREIRA DE MELLO JÚNIOR

VICE PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ANTÔNIO JOSÉ ANDRÉ

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIEGO CORDEIRO

VICE PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PRISCILLA DE FREITAS

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PLANO MUNICIPAL PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

ALINE CAROLINA DE OLIVEIRA ALMEIDA FERREIRA

IANA MIRANDA GORITO DA ROCHA

PRISCILLA DE FREITAS

COMITÊ GESTOR INTERSETORIAL DE POLÍTICA PRIMEIRA INFÂNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ELEN MARIA SIQUEIRA DA SILVA E PRISCILLA DE FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS DA MULHER

ÉRICA OLIVEIRA DA SILVA ROSA E SHERON NÓBREGA DE FRANÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ALESSIO KELLY SANT'ANA E CARINA JESUS DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FABIANA RAMOS VARGAS E REBECCA GEPP DANTAS TEIXEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

ISABELLA DE CARVALHO MAGALHÃES OLIVEIRA E JOSÉ JORGE GUIMARÃES

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

NICOLE KIMKLO E DENIS UILIAM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

JAQUELINE LOPES DE MELO E MARIANA MEDICI DIAS FERREIRA

CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SHENIA SARAIVA E REBECCA GEPP DANTAS TEIXEIRA

SUMÁRIO

1 Introdução 05

2 Por que a Primeira Infância é tão importante e o que a sociedade ganha ao investir na Primeira Infância? 07

3 Marco legal da Primeira Infância 09

4 Diagnóstico Municipal 12

4.1 Caracterização do Município 12

4.2 Dados e panorama de ações e serviços em saúde em atendimento à Primeira Infância 18

4.3 Dados e panorama de ações e serviços de educação em atendimento à Primeira Infância 29

4.4 Dados e panorama sobre Proteção Social e da Política de Assistência Social 35

4.5 Cultura e Primeira Infância 46

4.6 Meio Ambiente e Primeira Infância 48

4.7 Esporte e lazer na Primeira Infância 52

5 Objetivos e Metas 55

6 Implantação, monitoramento e avaliação 55

7 Referências 57

Anexo 1 – Objetivos e Metas 60

Anexo 2 – Minuta do Termo de Compromisso 96

1. INTRODUÇÃO

Não há mais dúvidas de que a criança é um ser em formação e de que a primeira infância (idade entre zero a seis anos) necessita ter a atenção prioritária incluída em toda a agenda mundial. A Criança e suas características individuais são o resultado de dois fatores: potencial genético e as interações que ocorrem no ambiente em que vive.

As experiências vividas na primeira infância, entre o nascimento e o sexto ano de vida, influenciam a formação das estruturas do cérebro que terão papel fundamental no restante de sua vida. É nesta etapa que a criança aprimora a sua capacidade de aprender, de se relacionar e de se expressar.

Está comprovado cientificamente que uma boa alimentação, condições favoráveis de uma boa educação e os estímulos que a criança recebe são importantes para o desenvolvimento de forma geral. Investir na primeira infância propicia o desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais, da capacidade intelectual e de diversas outras aptidões, dando sustentação à aprendizagem e à formação ao longo dos diversos períodos da vida.

Estudos científicos mostram que é mais vantajoso e eficaz investir nessa fase inicial da vida do que tentar reverter problema que venham a se manifestar mais tarde. É por isso que o Brasil também é um dos países que colocou a atenção integral à criança como uma pauta importante no cenário político e econômico. A partir deste compromisso, nosso país tem operado mudanças profundas na concepção, na legislação e nas políticas voltadas às crianças.

A Constituição Federal atribui aos municípios, com a cooperação de outros entes federativos, o atendimento aos direitos da criança. Faz parte da administração pública prestar tais serviços, aplicando as políticas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer e o brincar, garantindo a proteção contra todas as formas de violação dos direitos da criança.

O Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI) é um instrumento político e técnico que possibilita levar essa intenção para a prática concreta. A partir da realização do diagnóstico, onde nos permite ver a realidade das nossas crianças com dados quantitativos e qualitativos, identificar suas necessidades e avaliar as suas condições de vida, pode-se estabelecer objetivos e metas para serem realizados no decurso dos próximos cinco anos (a ser executado até 2030).

A construção da política municipal integrada para a Primeira Infância articula as diversas políticas setoriais a partir de uma visão abrangente de todos os direitos da criança da primeira infância. Mediante a isto, faz se necessário estar atento aos demais planos nacionais intersetoriais que tratam da temática de crianças como, por exemplo: Plano Viver sem Limites, Plano de Convivência Familiar e

Comunitária, Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, etc. Ressalta-se também que é de responsabilidade das pastas alinharem e adequarem seus planos municipais setoriais (Plano Municipal de Assistência Social, Plano Municipal de Educação, Plano Municipal de Saúde, etc.) com o Plano Municipal da Primeira Infância. Além disso, desde a etapa de elaboração até a etapa de monitoramento e avaliação do Plano é imprescindível que o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância atue de forma integrada, sistemática e contínua.

É importante destacar que não se trata de um plano de governo e sim de um plano de Estado, ou seja, o PMPI deverá ser cumprido em toda a sua totalidade independentemente do mandato político municipal.

Ressalta-se o princípio constitucional da prioridade absoluta para os direitos da criança (art. 227 da Constituição Federal), de acordo com a explicitação feita no art. 4º do ECA e pelo art. 260 da mesma lei, na redação dada pela Lei nº 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância), bem como também pelo que determina o art. 3º do Marco Legal.

É fundamental que a Primeira Infância seja estabelecida como prioridade no Plano Plurianual (PPA), sendo o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) a expressão concreta dessa prioridade. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve detalhar as metas e prioridades da Política Municipal Integrada para a Primeira Infância, com foco no exercício financeiro subsequente, alinhando-se ao PMPI. Além disso, a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve garantir a alocação de recursos necessários para a execução das ações previstas no PMPI.

1.1- O processo coletivo de construção do plano para a primeira infância

Em dezembro de 2021, o Comitê Gestor Intersetorial do Programa Criança Feliz, hoje reordenado como Programa Primeira Infância no SUAS / Criança Feliz, reuniu-se para elaborar o processo de construção do Plano Municipal de Primeira infância, partindo de pesquisas e indicadores sobre o público alvo, seguindo as normativas do Plano Nacional de Primeira Infância vigente. Em 2022, iniciaram-se os levantamentos dos dados e a estruturação desses indicadores.

As reuniões do Comitê Gestor aconteceram de forma sistemática, contando com representantes das secretárias de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer, meio ambiente e agricultura, integração de políticas públicas para mulheres e o CMPDCA.

Para a construção de forma coletiva, buscamos ouvir as crianças, os profissionais e pais no município de Vassouras, através de oficinas desenvolvidas nos Serviço de Convivência e

Fortalecimento de Vínculos nos CRAS, nas escolas públicas e privadas e nas unidades de saúde. Os dados coletados nos grupos, foram registrados em fichas seguindo os temas norteadores:

a) Crianças com saúde;

b) Educação infantil;

c) Assistência Social a crianças e suas famílias;

d) A família e a comunidade;

e) Convivência familiar e comunitária em situações especiais;

f) Do direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças;

g) A criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente;

h) Atendendo à diversidade – crianças negras e crianças com deficiência, considerando que no território não há abrangência de crianças quilombolas e indígenas;

i) Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças;

j) Enfrentando as violências sobre as crianças;

k) Protegendo as crianças da pressão consumista;

l) Controlando a exposição precoce aos meios de comunicação;

m) Evitando acidentes na primeira infância.

Em 05 de dezembro de 2023, realizamos o I Seminário Municipal da Primeira Infância de Vassouras, onde apresentamos os indicadores do município, abordamos os princípios norteadores para elaboração do plano. O momento fomentou um passo importante na priorização da criança nesse ciclo da vida, visto que os primeiros anos são fundamentais para o desenvolvimento humano.

No seminário foram construídos grupos de trabalho, utilizando os temas norteadores do Plano Nacional de Primeira Infância e pautado no Marco Legal da Primeira Infância, garantindo as representações e a diversidade, possibilitando a articulação entre o governo e a sociedade civil. Desses grupos de trabalho, surgiram propostas que foram organizadas e sistematizadas.

Em 03 de dezembro de 2024, foi realizado o II Seminário Municipal da Primeira Infância, com foco na construção de estratégias para promover políticas públicas que garantam o pleno desenvolvimento

das crianças, trazendo debates sobre o Sistema de Garantia de Direitos e a interface do Poder Judiciário.

2. POR QUE A PRIMEIRA INFÂNCIA É TÃO IMPORTANTE E O QUE A SOCIEDADE GANHA AO INVESTIR NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Segundo o ganhador do Prêmio Nobel de Economia James J. Heckman, países que não investem na primeira infância apresentam índices de criminalidade mais elevados, níveis menores de produtividade no mercado de trabalho e maiores taxas de gravidez na adolescência e de evasão no ensino médio.

Segundo a Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, considera-se primeira infância o período que vai de 0 (zero) a 6(seis) anos de idade, e primeiríssima infância o período compreendido de 0(zero) a 3 (três) anos de idade. É o período que se estabelecem as bases de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e psicossocial da criança e que oferecerão as condições para que se torne um adulto capaz de conduzir com autonomia e prosperidade a sua vida.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) promovem o conceito de mil dias da criança (incluindo os 270 dias da gestação e os 730 dias até que o bebê complete dois anos) tem sido utilizado por agências e organizações governamentais internacionais e nacionais, pautados em pesquisas geridas na área da saúde. É possível apontar uma tríade quando se considera os mil dias da criança, que gira em torno de: *nutrição* (desde a gravidez), *o afeto/cuidado* (considerando carinho e contato físico para estabelecer vínculos) e *estímulo* (por meio do brincar, reforçando que é um direito da criança).

Estas relevantes organizações, além de especialistas na área do desenvolvimento infantil, em seus debates sobre a temática, consideram que experiências negativas como a negligência ou o abuso, podem ter efeitos duradouros no desenvolvimento cerebral e no bem-estar geral da criança. Por outro lado, um ambiente seguro, estimulante, com alimentação adequada e amorosa pode promover o desenvolvimento saudável do cérebro e proporcionar à criança situações favoráveis para o seu aprendizado, realização e felicidade. Portanto, é crucial que exista uma rede de proteção e atuação eficaz em prol da primeira infância.

Em curso organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o Marco Legal da Primeira Infância (2016), é exposto que a maior taxa de retorno do desenvolvimento na primeira infância ocorre quando se investe, o mais cedo possível, em famílias em situação de vulnerabilidade social. Isso significa pensar desde a gestação e nascimento da criança, não somente um pouco mais tarde,

quando já estão com dois, três ou mais idade. O economista James Heckman (2017) – professor emérito de economia e especialista em desenvolvimento humano, em seus estudos e pesquisas, demonstra que os países que investem na primeira infância acabam por reduzir os custos sociais e em saúde, aumentando o sucesso na área de educação e possibilitando um acréscimo nos dados econômicos.

Em seu estudo, Heckman (2017) tem dialogado com outros trabalhos e demarcado que cada dólar investido na primeira infância gera um retorno de 7 a 10 dólares no futuro e representa a melhor estratégia de ruptura do ciclo de pobreza e redução da desigualdade social que onera em políticas compensatórias a economia de muitos países. O autor demonstra que quanto mais cedo e mais alto o investimento na primeira infância, menores serão os custos e a necessidade de financiamento nas etapas posteriores, considerando, por exemplo, a relação faixa etária e educação.

Investir na primeira infância é uma das maneiras mais eficazes de garantir um futuro saudável e produtivo para as crianças e depois, para os adultos que elas se tornarão, sendo uma estratégia eficaz para combater a desigualdade social e promover o desenvolvimento sustentável. Crianças que recebem cuidados adequados durante a primeira infância têm melhor desempenho escolar, são mais propensas a ter empregos bem remunerados e têm menos probabilidade de se envolver em comportamentos de risco (Barros et al., 2010; Barros; Coutinho; Mendonça, 2016; Barros, 2018).

Com o objetivo de organizar o planejamento das políticas públicas por áreas, o Plano Nacional pela Primeira Infância (RNPI, 2020), aponta aquelas que são prioritárias de pesquisa e da prática profissional quando se toma as crianças de 0 a 6 anos de idade: “vida e saúde, alimentação e nutrição, educação e aprendizagem, assistência social, espaços do brincar, cultura, arquitetura e urbanismo, comunicação, segurança, meio ambiente, no planejamento, controle social e avaliação de programas e projetos”.

Destaca-se que no cenário brasileiro, na lógica da mudança de concepção sobre a infância e no comprometimento político e econômico, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/90 que traz: a infância tem precedência de atendimento nos serviços públicos e relevância pública; preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas; e deve haver destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

3. MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA - COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) estabeleceu princípios e valores universais que deveriam ser respeitados pelos Estados, sendo o primeiro instrumento a reconhecer

internacionalmente os direitos humanos e as liberdades individuais, independentemente de sexo, gênero, religião, nacionalidade ou classe social.

Antes disso, a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança (1924), também conhecida como Carta da Liga, foi adotada pela Liga das Nações Unidas. Embora não tenha reconhecido as crianças como sujeitos plenos de direitos, como entendemos hoje, ela tratou de questões protetivas essenciais. A Declaração afirmou que as crianças deveriam receber prioridade em tempos de crise, como durante a guerra; ser protegidas contra qualquer forma de exploração; ter acesso a meios para garantir seu sustento e promover seu desenvolvimento integral; além de ter acesso à educação e compreender sua importância no auxílio ao bem-estar de outras pessoas.

Em 1946 houve um grande reforço na luta dos direitos da criança, quando a Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU) criou o Fundo Internacional para as Emergências das Crianças (UNICEF). E em 1959, a AGNU proclamou a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, com dez princípios que devem ser considerados, a saber:

a) todas as crianças são credoras destes direitos;

b) a criança tem o direito de ser compreendida e protegida, e deve ter oportunidades para seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social;

c) toda criança tem direito a um nome e a uma nacionalidade;

d) a criança tem direito a crescer e criar-se com saúde, alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequadas;

e) a criança incapacitada física ou mentalmente tem direito à educação e a cuidados especiais;

f) a criança tem direito ao amor e à compreensão;

g) a criança tem direito à educação para desenvolver as suas aptidões, sua capacidade para emitir juízo, seus sentimentos, e seu senso de responsabilidade moral e social;

h) a criança, em quaisquer circunstâncias, deve estar entre os primeiros a receber proteção e socorro;

i) a criança gozará de proteção contra quaisquer formas de negligência, abandono, crueldade e exploração;

j) A criança deve ser criada num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes.

Entretanto somente em 1989 foi ratificada a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC), a qual instituiu três direitos essenciais das crianças, sendo reconhecido atualmente como o documento sobre o direito humano mais aceito em nível mundial por ter sido ratificado por 196 países. Esses três direitos essenciais ficaram conhecidos como os “3 PS”: Provisão, Proteção e Participação. Destaque é dado para o direito de participação, que vem modificando e valorizando a competência social das crianças, retirando-as da margem historicamente instituída entre as gerações.

No Brasil, a ratificação da CDC exigiu do Estado o desenvolvimento de dispositivos legais que estivessem em acordo com os preceitos deste documento, assim como demandou a implementação de políticas públicas destinadas aos direitos das crianças. Entretanto, cabe lembrar que nosso país antecede os preceitos da Convenção (1989), reconhecendo a criança como sujeito de direitos na Constituição Federal de 1988. Essa Constituição ao dispor sobre os Direitos Fundamentais – o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à liberdade e à convivência familiar e comunitária – tem especial relevância para pensar as crianças na sociedade destacando, ainda, a importância do artigo 227, quando assegura à criança e ao adolescente absoluta prioridade.

Sendo assim, a partir da Constituição Federal de 1988, as crianças e os adolescentes ganham uma condição de direitos diferenciada do que até então existia no país, pois são compreendidos pela legislação a partir do status de proteção e prioridade absoluta, enquanto seres em desenvolvimento. A dignidade humana de crianças e de adolescentes é resguardada, sendo sua efetivação, dever da família, da sociedade e do Estado. Essa compreensão incide nas nossas condutas sociais e profissionais, pois temos o dever de estarmos atentos ao disposto no texto legal.

Como traz na Constituição Federal no *Art. 227: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. ”*

Precisamos falar também sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), que em sua redação garante que crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e com direito de proteção jurídica comum reconhecida, não cabendo exceção alguma. O ECA (1990), sancionado em 13 de julho de 1990, é a principal referência para os direitos das pessoas com até 18 anos de idade. Tem sido o principal instrumento normativo do Brasil para proteção das crianças e dos adolescentes, através do dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade, levando em consideração

as condições e especificidades de desenvolvimento dessa fase da vida humana, atribuindo direitos, integrando a dimensão da cidadania.

Assim vamos avançando nas formulações das ações de como cuidar de nossas crianças, culminando no Marco Legal da Primeira Infância instituído através da Lei Federal nº 13.257, de 08 de março de 2016. Podemos dizer que o Marco Legal veio para preencher uma lacuna entre a ciência e a lei. A ciência constata o quão importante é importante investir no estímulo ao desenvolvimento na primeira infância para obtermos adultos seguros e sadios; e a legislação que os reconhece enquanto sujeitos de direitos e assegura prioridade absoluta. O marco Legal começa a preencher a lacuna à medida que aponta a necessidade da implantação de programas, iniciativas e serviços baseados no desenvolvimento integral de nossas crianças de zero a seis anos de idade.

O Marco Legal da Primeira infância tornou o Brasil o primeiro país da América Latina a priorizar este tipo de trabalho voltado para as crianças. Podemos aqui destacar alguns pontos que a Lei nº 13.257/2016 nos chama a atenção e que devem ser considerados na implementação do PMPI a nível municipal, sendo uma responsabilidade comum em todas as áreas:

a) garantir a criança o direito de brincar;

b) priorizar as qualificações dos profissionais sobre a especificidade da primeira infância;

c) reforçar a importância do atendimento domiciliar especialmente em condições de vulnerabilidade;

d) participação da criança de até seis anos na formatação de políticas públicas;

e) ações de cuidado humanizado desde a gestação;

f) orientações sobre parentalidade e fortalecimento de vínculos afetivos familiares;

4. DIAGNÓSTICO

4.1 Caracterização geral do município

a) História De Vassouras

Vassouras, localizada no interior do estado do Rio de Janeiro, possui uma rica história que remonta ao período colonial brasileiro, sendo um marco importante na formação econômica e cultural do país. A cidade é conhecida por sua importância durante o ciclo do café e por suas belas fazendas históricas que testemunham a opulência de uma era passada.

A origem de Vassouras está intimamente ligada à expansão do ciclo do ouro nas Minas Gerais no final do século XVII. A região começou a ser ocupada por volta de 1720, com a abertura de caminhos que ligavam o Rio de Janeiro às minas. No entanto, a fundação oficial da cidade de Vassouras ocorreu apenas em 1833, quando foi desmembrada do município de Valença. A escolha do nome “Vassouras” deve-se, segundo a tradição, à abundância de uma planta nativa chamada “vassoura”, utilizada pelos primeiros habitantes para fazer a limpeza de suas moradias. Outra versão aponta que a cidade teria sido batizada em homenagem à Fazenda das Vassouras, uma das primeiras grandes propriedades agrícolas da região.

No início do século XIX, o vale do rio Paraíba do Sul passou por um grande desenvolvimento econômico após o esgotamento das minas de ouro em Minas Gerais. Muitos mineiros migraram para essa região, que era coberta por matas virgens e habitada por tribos nômades de índios Coroados. Após o aldeamento desses indígenas, a área foi colonizada inicialmente com plantações de cana-de-açúcar e, posteriormente, de café. O mercado internacional começou a demandar café, e a província do Rio de Janeiro tornou-se um dos maiores exportadores. Em 1828, a produção de café na província atingiu 5.122 contos de réis, superando a produção de açúcar.

A construção da estrada de Polícia e o crescimento econômico favoreceram o surgimento do arraial que se tornaria o centro de Vassouras. Custódio Ferreira Leite e seus sobrinhos da família Teixeira Leite foram alguns dos primeiros moradores. Devido ao lento desenvolvimento de Nossa Senhora da Conceição do Alferes, a Câmara Municipal foi transferida para Vassouras por decreto da Regência Trina em 15 de janeiro de 1833.

O grande impulso para o desenvolvimento de Vassouras ocorreu com a introdução do cultivo do café. No início do século XIX, a região tornou-se uma das maiores produtoras de café do Brasil, um produto que rapidamente se tornou o principal item de exportação do país. Esse período, conhecido como o ciclo do café, trouxe enorme riqueza e prosperidade para Vassouras, atraindo fazendeiros e comerciantes. A economia cafeeira gerou grandes fazendas e incentivou a construção de suntuosas residências urbanas, conhecidas como sobrados, que ainda hoje marcam a paisagem da cidade. A elite agrária de Vassouras, conhecida como “barões do café”, acumulou vastas fortunas e influenciou a política e a sociedade da época. Durante o Império, Vassouras era conhecida como “Princesinha do Café”, tamanha a importância da cidade na economia cafeeira brasileira. Com a prosperidade das plantações de café, Vassouras cresceu rapidamente, sendo elevada à categoria de cidade em 29 de setembro de 1857. Na época, a cidade já tinha aproximadamente 3.500 habitantes.

Durante o auge do ciclo do café, Vassouras experimentou um crescimento urbano significativo. A cidade foi planejada com um traçado regular, praças, igrejas, e edifícios públicos que demonstravam a

opulência da época. A construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em estilo neoclássico, é um exemplo do investimento realizado pela elite cafeeira na infraestrutura da cidade. O patrimônio arquitetônico de Vassouras inclui várias fazendas históricas, como a Fazenda Santa Eufrásia e a Fazenda Cachoeira Grande, que ainda conservam aspectos da vida rural e do sistema de produção do café. Estas propriedades são testemunhos da riqueza e do poder dos barões do café, bem como das transformações sociais e econômicas provocadas pela monocultura cafeeira.

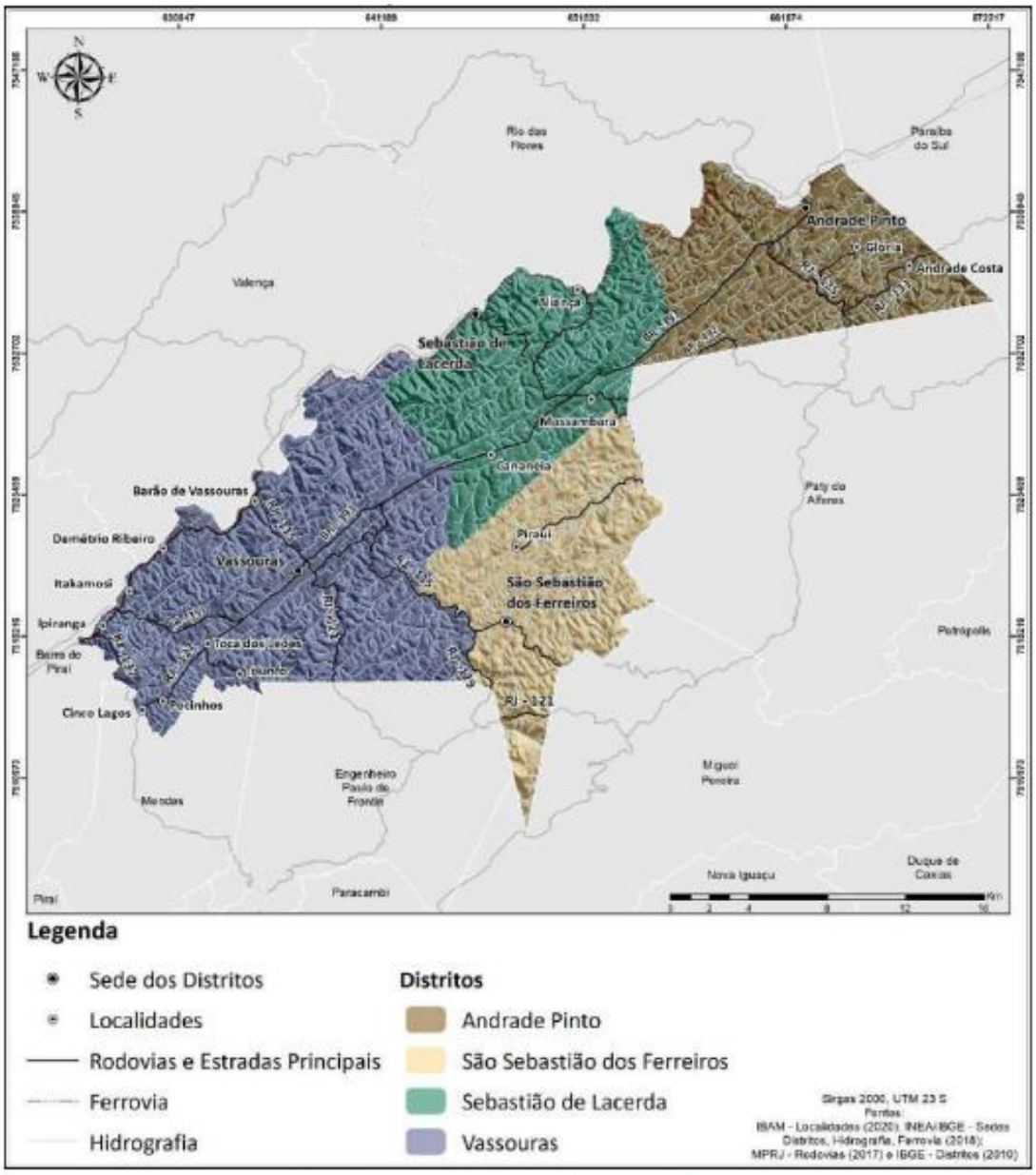
O declínio do ciclo do café começou no final do século XIX, com a exaustão do solo e a concorrência de novas áreas produtoras no interior de São Paulo. Esse declínio afetou profundamente Vassouras, que teve que se adaptar a novas condições econômicas. A abolição da escravidão em 1888 também teve um impacto significativo na economia da cidade, uma vez que a mão de obra escrava era a base do sistema produtivo das fazendas de café. Com a queda da produção cafeeira, Vassouras passou a investir em outras atividades econômicas, como a pecuária e a agricultura diversificada. No entanto, o período de opulência nunca foi totalmente recuperado, e a cidade entrou em um período de estagnação econômica que perdurou por várias décadas.

A partir da segunda metade do século XX, houve um movimento crescente para a preservação do patrimônio histórico de Vassouras. A cidade passou a ser reconhecida pelo seu valor histórico e cultural, e várias iniciativas foram tomadas para restaurar e conservar os antigos casarões, fazendas e monumentos. Hoje, Vassouras é um importante destino turístico, conhecido como “Cidade dos Barões”, atraindo visitantes interessados em sua história, arquitetura e paisagens. O turismo histórico tornou-se uma fonte vital de renda para a cidade, que soube transformar seu passado em um ativo cultural e econômico.

A história de Vassouras é um testemunho das transformações econômicas e sociais do Brasil ao longo dos séculos. Desde sua fundação até o apogeu e declínio do ciclo do café, a cidade soube preservar seu rico patrimônio e adaptar-se às novas realidades econômicas. Hoje, Vassouras continua a encantar visitantes com sua beleza histórica e seu legado cultural, mantendo viva a memória de uma era de grande prosperidade.

b) Dados gerais populacionais

Vassouras é um município sul fluminense do Estado do Rio de Janeiro e é constituído de 4 distritos: Vassouras (sede); Andrade Pinto; São Sebastião dos Ferreiros; Sebastião de Lacerda



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados secundários.

Panorama Geral do Município Fonte: IBGE, 2024.	
Unidade Federativa	Rio de Janeiro
Município	Vassouras
Localização	Região Centro Sul Fluminense
Área da Unidade Territorial (2022)	536,073 km²
População (2022)	33.976
População Estimada (2024)	35.904
Densidade Demográfica (2022)	63,38 hab / km²
Per Capita	35.458,96 Posição 35ª de 92 no Rio de Janeiro e 1.711ª de 5.570 no país
Pessoal Ocupado (2022)	10.378
População Ocupada (2022)	30,55 %
Salário Médio Mensal dos Trabalhadores Formais	2,2 Salários Mínimos
Percentual da População com Rendimento Per Capita até ½ Salário Mínimo	34,2 %
IDHM (2010)	0,714
IDEB (2023)	5,4 Posição 49ª de 92 no Rio de Janeiro e 3.587ª de 5.570 no país

c) Por Grupos de Idade

Cerca de **2021** cidadãos são crianças de 0 a 4 anos de idade e **844** são crianças de 5 a 6 anos, somando o total de **2865** crianças na primeira infância. Sendo o percentual de população por idade de 0 a 6 anos de idade de 8,43%.

População de Vassouras por gênero, urbana e rural Fonte: IBGE, Censos Demográficos.							
Dados			**1970**	**1980**	**1991**	**2000**	**2010**
População Total			41.148	44.318	28.649	31.451	34.410
Gênero	**População Residente Feminina**	Total Mulheres	20.578	22.064	14.673	16.261	18.019
		Urbana	8.073	10.023	9.236	10.569	12.376
		Rural	12.505	12.041	5.437	5.692	5.643
		%	50%	49,8%	51,2%	51,7%	52,4%
	População Residente Masculina	Total Homens	20.570	22.254	13.976	15.190	16.391
		Urbana	7.386	9.111	8.228	9.317	10.823
		Rural	13.184	13.143	5.748	5.873	5.568
		%	50%	50,2%	48,8%	48,3%	47,6%

No entanto, segundo os cadastros nas Unidades Básicas de Saúde, este número sobe para **3.142**.

Segue a Distribuição de Crianças na primeira infância por Unidade de Saúde:

Quantitativo de Crianças cadastradas por Unidade de Saúde da Família de 0 a 6 anos Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2023.			
Bairros / Localidades / USF	**Quantidade**	**Bairros / Localidades / USF**	**Quantidade**
Andrade Costa	80	Grecco	339
Andrade Pinto	139	Itakamosi	265
Carvalheira	264	Madruga	282
Centro	241	Massambará	244
Conjunto Hab. Toca dos	132	Mello Affonso	209
Demétrio Ribeiro	209	Residência	302
Ferreiros	90	Santa Amália	346
Total: 3142 crianças			

Distribuição percentual de crianças na primeira infância, no município por sexo:

Feminino: **47,6%**	Masculino: **52,4%**

Distribuição percentual de crianças na primeira infância, no município por cor/raça:

População por idade entre 0 a 6 anos por Raça / Cor Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022			
Raça / Cor	**Percentual**	**Raça / Cor**	**Percentual**
Branca	38,95%	Parda	44,29%
Preta	16,65%	Indígena	0,03%
Amarela	0,07%	Ignorada	0%

Distribuição de Etnias Pretas ou Pardas em crianças de 0 a 6 anos, no município de Vassouras é de **64,02%**, de acordo com as informações do Censo 2010.

d) Parentalidade - Dados do Cartório de Registro Civil:

Registros de Nascimentos no Município Fonte: Cartório de Registro Civil			
Ano	**Registros Nascidos**	**Registros Natimortos**	**Óbitos Neonatais** (do 28º dia de vida a 11 meses e 29 dias)
2019	385	16	6
2020	349	13	7
2021	419	11	9
2022	270	2	3
2023	842	7	3
2024	385	4	Sem informação

Pais Ausentes no Registro Civil Fonte: Portal da Transparência do Registro Civil, 2022		
Referência	**Percentual**	**Números Absolutos**
Vassouras	5,77 %	49
Estado do Rio de Janeiro	6,98%	12.901
Brasil	6,30%	163.864

4.2- Dados e panorama de serviços e ações de saúde em atendimento a primeira infância.

Nosso município conta com 24 unidades de Estratégias de Sáude da Família - ESFs, com 100% da cobertura de saúde da família e todas as equipes completas, 01 maternidade e 01 UTINeonatal.

São disponibilizadas cadernetas de saúde para todas as crianças ao nascer, sendo as mesmas entregues na maternidade.

O cuidado com a primeira infância começa desde a gestação, nas ofertas dos serviços, protocolos, acompanhamento, exames e acolhimento humanizado. Apresentamos o percentual mínimo de mortalidade materna, refletindo a eficácia do cuidado e qualidade do pré-natal.

O impacto do movimento antivacina na saúde pública brasileira e sua relação com o retorno de doenças imunopreveníveis e a redução da cobertura vacinal no Brasil, também trouxe reflexos nos dados municipais, com a redução do percentual de crianças vacinadas, tendo seu auge em 2021, melhorando gradualmente nos anos subsequentes.

O município apresenta baixos índices de comorbidades na Primeira Infância. Realizamos campanhas voltadas para a prevenção de doenças, agravos e promoção da saúde das crianças, tendo uma boa adesão.

a) Cobertura Da Atenção Primária

Cobertura da Atenção Primária à Saúde
Fonte: Ministério da Saúde, DATASUS (2021 a 2023)

Ano	Referência	Percentual
2021	Vassouras	93,39%
	Estado do Rio de Janeiro	49,83%
	Brasil	63,15%
2022	Vassouras	100%
	Estado do Rio de Janeiro	59,70%
	Brasil	72,09%
2023	Vassouras	100%
	Estado do Rio de Janeiro	65%
	Brasil	76,96%

O Sistema Único de Saúde de Vassouras é composto pelas seguintes unidades de saúde e hospitalares:

- 14 Unidades de Saúde da Família
- 12 Sub-Unidades Básicas de Saúde
- 01 Policlínica

- 01 Centro de Reabilitação
- 01 CAPS Adulto
- 01 CAPS infanto-juvenil
- 02 Residências Terapêuticas
- 01 Centro de Vigilância em Saúde
- 01 Centro de Abastecimento Farmacêutico
- 01 Farmácia Especializada.

Desde 2022, o percentual de crianças com caderneta de saúde em acompanhamento pelas equipes de saúde público e privado foram de 100%. Todas as Unidades de Saúde disponibilizam a caderneta de saúde da criança.

b) Atenção Às Gestantes

A primeira infância começa desde a gestação e dentro desse contexto, temos as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), ofertando os serviços disponíveis, assegurando o acompanhamento gestacional com profissionais adequados, promovendo o acolhimento humanizado à gestante e familiares e assegurando serviços e exames, dentre outros.

Os indicadores relacionados à gestação e ao parto têm grande importância para a sobrevivência infantil. É fundamental a atenção para o aumento das consultas pré-natais, o estímulo ao parto vaginal, a redução do baixo peso ao nascer e a redução dos indicadores relacionados à mortalidade infantil e materna. Por isso, é importante buscar uma meta de 100% de gestantes com pelo menos sete consultas pré-natais.

Acompanhamento Pré Natal
Fonte: Secretaria de Saúde, ano 2023.

Referência	Percentual
Gestantes com início de Pré Natal no Primeiro Trimestre	Sem informações
Gestantes com sete ou mais consultas Pré Natal	84%
Gestantes vacinadas contra Tétano Neonatal	100%
Gestante com idades entre 10 a 19 anos	11,4%
Gestantes com sintomas depressivos e / ou vítimas de violência acompanhadas por serviços especializados	Sem informações

Evolução do Acompanhamento de Gestantes com 7 ou mais consultas de Pré Natal Fonte: Ministério da Saúde, DATASUS (2010-2022)		
Ano	**Percentual**	**Evolução**
2022	85,56%	1,9%
2021	83,98%	5,7%
2020	89,08%	3,4%
2019	86,18%	5,3%
2018	81,84%	1,9%
2017	83,44%	0,1%
2016	83,53%	5,3%
2015	79,34%	11,4%
2014	71,20%	6,4%
2013	76,11%	3%
2012	78,46%	3,5%
2011	81,33%	0,9%
2010	80,60%	1,4%

Percentual Partos Mães Adolescentes (até 19 anos) Fonte: Ministério da Saúde, DATASUS (2010-2022)			
Ano	**Percentual**	**Ano**	**Percentual**
2010	17,60%	2017	16,56%
2011	17,90%	2018	17%
2012	19,95%	2019	12,20%
2013	19,95%	2020	12,50%
2014	19,02%	2021	15,61%
2015	19%	2022	9,11%
2016	18,85%	-	-

Partos Mães Adolescentes (até 19 anos) por Raça / Cor Fonte: Ministério da Saúde, DATASUS (2022)			
Raça / Cor	**Percentual**	**Raça / Cor**	**Percentual**
Branca	31,71%	Parda	43,90%
Preta	24,39%	Indígena	0%
Amarela	0%	Ignorada	0%

O aumento das consultas pré-natais tem relação com a diminuição da mortalidade infantil e da mortalidade materna. Segundo o DataSUS em 2019, o percentual de gestantes com mais de 7 consultas de pré-natais, no município era de 86,18%, com aumento de 5,3% em relação ao ano anterior (2018). O que pode nos ajudar a melhorar outros indicadores, como aleitamento materno, mortalidade infantil por causas evitáveis e bebês de baixo peso.

c) Mortalidade Materna

Entende-se por morte materna a “morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, independente da duração ou da localização da gravidez, devida a qualquer causa relacionada com ou agravada pela gravidez ou por medidas em relação a ela, porém não devida a causas acidentais ou incidentais”.

Óbitos e Nascimentos Registrados

Fonte: Portal da Transparência do Registro Civil, 2025

Ano	Vassouras - RJ		Estado Rio de Janeiro		Brasil	
	Óbitos	Nascimentos	Óbitos	Nascimentos	Óbitos	Nascimentos
2019	571	1088	149.377	224.282	1.318.475	2.882.503
2020	607	1055	175.178	211.340	1.506.281	2.712.942
2021	736	928	191.870	199.501	1.782.618	2.715.726
2022	533	849	152.357	184.988	1.512.088	2.633.625
2023	472	842	144.878	180.131	1.435.992	2.613.778
2024	497	781	148.641	165.595	1.485.295	2.432.047

Mortalidade Materna

Fonte: Ministério da Saúde, DATASUS 2012-2022

Referência	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Vassouras	01	0	0	0	0	0	0	0	0	03	0
Rio de Janeiro	6.545	6.432	6.463	6.233	6.585	6.104	6.297	6.391	7.738	9.118	6.532
Brasil	65.346	65.104	63.977	63.590	65.481	62.650	62.035	62.683	71.879	94.826	69.154

Nascidos vivos

Fonte: Ministério da Saúde, DATASUS 2012-2022

Referência	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Vassouras	441	452	573	513	504	489	534	492	467	487	450

Percentual de recém-nascidos com agendamento de consultas de puericultura antes da alta da maternidade.	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	100%	100%	100%

d) Parto e puerpério

Parto e Puerpério Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Vassouras, 2023.								
Referência e Ano	**Rede Pública**				**Rede Privada**			
	2020	2021	2022	2023	2020	2021	2022	2023
Percentual de Partos Naturais	18%	19%	16%	15%	1,2%	1,4%	Sem informação	Sem informação
Alta com agendamento de consulta em Puericultura	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Unidades de Saúde com Serviço de Obstetrícia	24 ESF 1 Maternidade				1 Maternidade 1 UTI Neonatal			

Parto e Puerpério em Vassouras, 2023 Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Vassouras, 2024.		
Referência	**Rede Pública**	**Rede Privada**
Atendimentos em Puericultura	1.691	Sem informação
Oferta de alojamento conjunto, conforme Lei 1.108/2005	100%	100%
Gestantes acompanhadas antes e durante o trabalho de parto	85,6%	
Triagem Neonatal com teste do Pezinho	100%	
Triagem Neonatal com teste da Orelhinha	99%	
Triagem Neonatal com teste do Olhinho	100%	
Triagem Neonatal com teste do Coraçãozinho	100%	

Nascidos vivos Fonte: Ministério da Saúde, DATASUS 2012-2022											
Referência	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Vassouras	441	452	573	513	504	489	534	492	467	487	450

e) Mortalidade Infantil

Mortalidade Neonatal Fonte: Ministério da Saúde, DATASUS 2012-2022					
Referência	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Vassouras	09	10	14	09	04

Mortalidade Infantil de Causas Evitáveis em Vassouras - RJ Fonte: Ministério da Saúde, DATASUS 2012-2022											
Referência	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Óbitos Totais	06	06	05	07	08	05	05	09	06	09	09
Óbitos Evitáveis	02	03	04	06	06	03	02	07	06	05	05

f) Aleitamento Materno

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendam o aleitamento materno até os 2 anos ou mais e exclusivo até os primeiros seis meses de vida, que é a melhor proteção natural para a criança e para a mãe.

Referência	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Percentual de crianças até 6 meses com aleitamento materno exclusivo	72,22%	64,47%	60,34%	58,39%

Registro de informações no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), 2023:

Aleitamento Materno Exclusivo em 2023 Fonte: SISVAN Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, 2023.					
Vassouras		**Rio de Janeiro**		**Brasil**	
Total	**%**	**Total**	**%**	**Total**	**%**
87	58,39	2.800	55,71	140.899	55,51

g) Desnutrição Infantil

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria, o baixo peso ao nascer é definido pelo peso menor que 2.500 gramas. Essa classificação se baseia em observações epidemiológicas de que crianças

com menos de 2.500g ao nascer têm um risco cerca de 20 vezes maior de morrer comparado ao de crianças que nascem com peso maior.

Percentual de Nascimentos com Baixo Peso em Vassouras - RJ
Fonte: Ministério da Saúde, DATASUS 2012-2022

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Percentual	12,47	10,62	12,57	10,33	11,51	10,43	12,36	9,96	9,85	12,94	15,78
Evolução	+ 60,6%	- 14,9%	+ 18,3%	- 17,8%	+ 11,4%	- 9,4%	+ 18,5%	- 19,4%	- 1,1%	+ 31%	+ 22%

Baixo Peso ao Nascer em 2023
Fonte: SISVAN Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, 2023.

Referência	Vassouras	Rio de Janeiro	Brasil
%	4,47	4,95	3,84

Crianças Menores de 2 anos Desnutridas
Fonte: SISVAN Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, 2024.

Referência	2020	2021	2022	2023
%	4,73	5,8	3,2	3,6

h) Obesidade Infantil

Dados retirados do relatório do Estado Nutricional dos indivíduos acompanhados de 0 a 5 anos de idade.

Crianças até 5 Anos com Sobrepeso e Obesidade
Fonte: SISVAN Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, 2024.

Referência	2020	2021	2022	2023
Obesidade	7,19%	5,92%	6,67%	5,45%
Sobrepeso	9,36%	9,27%	9,54%	Sem informação

Peso Elevado em Crianças até 5 Anos em 2023
Fonte: SISVAN Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, 2023.

Referência	Vassouras	Rio de Janeiro	Brasil
%	7,17	7,49	7,09

i) Vacinação Infantil

A vacinação é essencial para a manutenção da saúde do ser humano, desde o nascimento.

A vacinação da Tríplice Viral - 2° dose ocorre em crianças de 1 ano.

Cobertura Vacinal Infantil em Vassouras em 2023

Fonte: Ministério da Saúde – Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), 2023.

Vacina	BCG	Hepatite B	Penta	Tríplice 1ª dose	Tríplice 2ª dose	Poliomielite 1ª dose	Poliomielite 1ª Reforço	Poliomielite 4 anos
%	98,40	91,78	91,78	97,49	59,36	92,7	94,06	73,2

j) Comorbidades Na Primeira Infância – 2023

Comorbidades na Primeira Infância em Números Absolutos

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Vassouras, 2023.

Diabetes	03	Deficiência Visual	01	Deficiência Intelectual	06
Deficiência Auditiva	0	Deficiência Motora	40	Percentual de crianças até 6 anos com deficiência acompanhadas em serviços especializados no município	100%

k) Campanhas, Programas E Ações

Campanhas, Programas e Ações Desenvolvidas

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Vassouras, 2024.

Ação	2020/2021		2022/2023		2024 (até junho)	
De incentivo ao Pré-Natal	33		13		01	
De incentivo ao parto natural	02		13		0	
De incentivo ao aleitamento materno	02		04		01	
Visando a redução da mortalidade materna	0		0		0	
Visando a redução da mortalidade infantil	0		0		0	
Visando a redução da desnutrição infantil	02		04		01	
Visando a redução da obesidade infantil	02		02		01	
De preparação de pais visando a parentalidade responsável	Usuários	Equipes	Usuários	Equipes	Usuários	Equipes
	03	10	0	26	03	26
Promoção de saúde auditiva na Primeira Infância	0		02		01	
Promoção de saúde ocular na Primeira Infância	01		02		01	
Promoção de saúde bucal	01		02		01	

na Primeira Infância			
De detecção de diabetes na Primeira Infância	01	0	0
De atenção à saúde mental na Primeira Infância	01	02	02
Total de ações	58	70	35

I) Situação De Oferta De Serviços/ Programas/ Projetos Para A Primeira Infância No Município

Oferta De Serviços, Programas e Projetos
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Vassouras, 2024.

Programa / Projeto	Objetivos Principais	Público-alvo
Programa Saúde na Escola PSE (Saúde e Educação)	Contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.	Estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino, do pré-escolar ao ensino médio.
Mamãe Vassourense	Facilitar o acesso da gestante aos serviços de pré-natal nas ESF, oferecendo mecanismos e proporcionando qualidade de vida ao binômio mãe e filho, diminuído assim a evasão nas consultas de pré-natal.	Gestantes e recém-nascidos
Rede Cegonha	Garantir humanização no atendimento de pré-natal, assegurando a realização dos exames e garantindo assistência e acesso ao serviços de saúde do RN até os 24 meses.	Gestantes e crianças até 24 meses
Laços Maternidade Segura	Garantir registro civil na maternidade após nascimento, assegurando parto e pré-natal de qualidade, garantir vacinação de BCG e hepatite B na maternidade, e acompanhante durante o parto.	Gestantes e recém-nascidos

m) Taxa de Sífilis congênita: 0%

n) Cobertura de Saúde Bucal para Primeira Infância: 100%

o) Cobertura de vacinação da puérpera e do recém-nascido:

A vacinação da puérpera é realizada de acordo com a necessidade, nas unidades básicas de saúde e a taxa de vacinação do RN é de 100%

p) Dados sobre crianças na primeira infância com deficiência:

Crianças com Deficência de 0 a 6 anos Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Vassouras, 2024.	
Deficiência	**Quantidade**
Transtorno do Espectro Autista – TEA	36
Deficiência Física	Sem informação
Deficiência Visual	01
Deficiência Cognitiva	06
Deficiência Auditiva	0
Deficiência Múltiplas	40

A política pública de saúde do município enfrenta diversos desafios apontados pelo diagnóstico realizado. Entre eles, destacam-se o alto número de adolescentes grávidas e com início de acompanhamento tardio de pré-natal, a subnotificação de casos de violência contra gestantes e crianças, mascarando a realidade do município, dificultando o planejamento de estratégias e ações de enfrentamento.

A predominância de partos cirúrgicos e a baixo índice de partos naturais, em especial na Rede Privada, reflete a realidade do país. O alto número de procedimentos medicamente desnecessários e potencialmente prejudiciais durante o parto, pode colocar mulheres e bebês em risco desnecessário de problemas de saúde em curto e longo prazo. Além disso verifica-se necessidade de aumentar a taxa de aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida, contribuindo para o desenvolvimento e saúde de mulheres e seus bebês, o que também se mostra eficaz na prevenção da obesidade e sobrepeso das crianças na primeira infância.

Percebe-se ainda a necessidade de construir condições que melhorem a adesão ao calendário vacinal e para a criação espaços lúdicos e especializados para o atendimento de crianças com necessidades especiais nas unidades de saúde, bem como garantir da participação de crianças de até seis anos na elaboração de serviços e programas de saúde.

Outras medidas tornam-se também prioritárias para o aprimoramento e proteção da primeira infância, como a qualificação dos profissionais para atender às especificidades da primeira infância, a criação de Planos Terapêuticos Individualizados e o atendimento domiciliar, especialmente para famílias com dificuldade de acesso aos serviços. Também é fundamental promover ações de cuidado humanizado desde a gestação, disseminar informações parentalidade responsável, melhorar a inclusão dos pais e companheiros no cuidado das crianças e puérperas, além de fortalecer os vínculos afetivos familiares.

Por fim, destaca-se a necessidade de superar a falta de um filtro adequado no sistema disponibilizado pelo Ministério da Saúde para levantamento de indicadores, que poderiam apontar e melhorar a identificação de problemas e se fazer um diagnóstico do município a fim de se construir estratégias mais eficazes de assistência à população.

4.3 Dados e panorama de serviços de educação infantil em atendimento a primeira infância

A educação infantil é uma etapa fundamental no desenvolvimento da criança, pois é quando ela começa a se desenvolver fora do ambiente familiar, além de prepara-las para a transição para a educação formal.

A educação infantil fornece uma base sólida de conhecimentos, habilidades e competências necessárias para o sucesso acadêmico futuro. Dessa forma, as creches representam a primeira etapa dessa fase educacional, atendendo crianças na primeiríssima infância, de 0 a 3 anos. A modalidade desempenha um papel crucial no desenvolvimento das crianças, nos aspectos cognitivo, emocional, social e físico, moldando suas jornadas desde cedo. Elas oferecem um ambiente propício tanto para o desenvolvimento emocional das crianças quanto para a introdução de habilidades sociais, ao interagirem com outros indivíduos fora de seu núcleo familiar. Ao interagir com seus pares e educadores, as crianças aprendem a expressar emoções, a lidar com conflitos e a desenvolver empatia, habilidades essenciais para a saúde emocional ao longo da vida.

Além de promover vínculos e a socialização, as creches se tornaram vitais para a segurança e o desenvolvimento das crianças, especialmente com a intensificação da urbanização, a maior participação da mulher no mercado de trabalho, as mudanças na organização familiar e o crescimento econômico. As creches funcionam como um poderoso meio de socialização e estímulos, capaz de garantir a segurança desses indivíduos, em especial para as famílias mais vulneráveis.

A meta do Plano Nacional de Educação (PNE) é atingir, até 2024, pelo menos 50% de matrículas em creches para crianças de 0 a 3 anos. Contudo, cada município tem necessidades específicas, o que torna importante observar este índice em combinação com o índice local de necessidade de creche.

Para a pré-escola, a meta do PNE é de 100% de matrículas para crianças de 4 e 5 anos. A pré-escola, como primeira etapa obrigatória da educação básica, é essencial para nivelar as oportunidades das crianças mais vulneráveis com aquelas que, ao ingressar no ensino fundamental, já receberam mais estímulos.

Já o Plano Municipal de Educação, tem como meta “*Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação*

infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME."

a) Panorama

Panorama da Educação de Vassouras

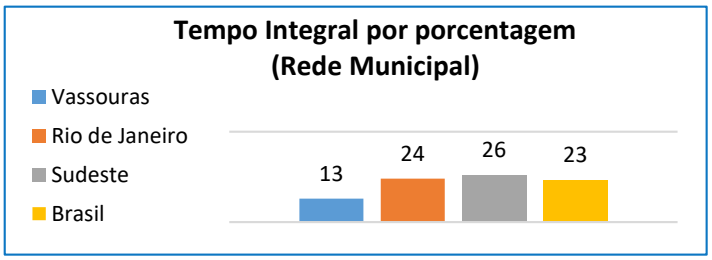
Fonte: Fonte: MEC / INEP Censo Escolar, 2023.

Creche (0 - 3 anos)				Pré-escola (4 - 5 anos)				
Acesso	Vassouras		32%	Acesso	Vassouras			100%
	Estado do Rio de Janeiro		40%		Estado do Rio de Janeiro			94%
	Brasil		37%		Brasil			93%
Números	Escolas	Estudantes	Professores	Matrículas por etapa	Creches	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais
	20	3.756	198		538	719	1880	543

Aprendizagem								
Alfabetização	Vassouras	65%	Anos Iniciais	Vassouras	5,4	Anos Finais	Vassouras	3,8
	Rio de Janeiro	52%		Rio de Janeiro	5,5		Rio de Janeiro	4,5
	Brasil	56%		Brasil	5,5		Brasil	4,8

Matrículas Tempo Integral

Matrículas Tempo Integral			
13% do total de matrículas			
Creches	**Pré - escola**	**Anos Iniciais**	**Anos Finais**
89%	0	0	0



Crianças de 4 e 5 anos				Crianças de 6 a 14 anos			
859 crianças estão matriculadas na Pré-escola				4 mil crianças e jovens estão matriculados no Ensino Fundamental			
Vassouras	**Rio de Janeiro**	**Sudeste**	**Brasil**	**Vassouras**	**Rio de Janeiro**	**Sudeste**	**Brasil**
100%	94%	95%	93%	100%	99%	98%	100%

A modalidade de ensino Educação Infantil divide-se em creche (crianças de zero a três anos) e pré-escola (crianças de quatro a cinco anos).

Modalidades de Ensino Ofertados em Vassouras Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Vassouras, 2024.						
Referência	**Rede Pública**		**Rede Privada**			
	Zona Urbana	Zona Rural	Arco Íris	Índio Amigo	Santos Anjos	Planeta Criança
Número de Creches e Pré-escolas	10	06	06			
Número de matrículas de crianças até 03 anos na modalidade Creche	565		31	19	38	11
Número de estabelecimentos de Ensino Fundamental	26		07			
Número de estabelecimentos de Ensino Médio	05		02			
Número de matrículas em estabelecimentos gerais de Educação Infantil de crianças de 0 a 5 anos	1288		187			
Número de crianças matriculadas no 1º ano do Ensino Fundamental I com 06 anos	399		63			

Instituições de Ensino Público de Vassouras Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Vassouras, 2024.		
Instituição	**Etapa da Educação**	**Faixa Etária Atendida**
Creche Municipal Santa Rita	Creche	De 1 a 3 anos
Creche Municipal Anísio da Rosa Souza	Creche	De 1 a 3 anos
Creche Municipal Leon Gilson	Creche	De 1 a 3 anos
Creche Municipal Mariana Crioula	Creche	De 1 a 3 anos
Creche Municipal Professora Noêmia Trouche Jordão	Creche	De 1 a 3 anos
Creche Municipal São Vicente de Paula	Creche	De 1 a 3 anos
Creche Municipal Sergio A. Rebello da Silva	Creche e Pré-escolar	De 1 a 5 anos
Escola Municipal José Carlos Vaz de Miranda	Creche e Pré-escolar	De 2 a 5 anos
Escola Municipal Abel José Machado	Pré-escolar a Ensino	De 4 a 14 anos
Escola Municipal Deputado José Carlos Vaz de	Pré-escolar a Ensino	De 4 a 14 anos
Escola Municipal Giovanni Napoli	Pré-escolar a Ensino	De 4 a 10 anos
Escola Municipal Magally Sayão	Pré-escolar a Ensino	De 4 a 8 anos
Escola Municipal Pedro Ivo da Costa	Pré-escolar a Ensino	De 4 a 14 anos
Escola Municipal Prefeito Severino Ananias Dias	Pré-escolar a Ensino	De 4 a 14 anos
Escola Municipal Sagrada Família de Nazareth	Creche, Pré-escolar	De 2 a 10 anos
Escola Municipal São Sebastião dos Ferreiros	Pré-escolar a Ensino	De 3 a 14 anos

Instituição	Etapa da Educação

C. E. E Crescimento Arco-Íris	Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II
Centro Educacional Tia Conceição Peter Pan	Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II
Colégio dos Santos Anjos	Educação Infantil, Fundamental I e II e Ensino Médio
Creche Escola Pequeno Príncipe	Educação Infantil
C. E. Índio Amigo	Educação Infantil e Ensino Fundamental I
Centro de Educação e Crescimento Planeta Criança	Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II

b) Atendimento E Demanda Em Creches

Crianças em Creche em Vassouras Fonte: IBGE / Censo Escolar, 2022.				
Número de Crianças de 0 a 3 anos	1.600	**Número de Crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche**		506
Percentual de crianças de 0 a 3 anos frequentando a Creche	**Vassouras**	**Rio de Janeiro**	**Sudeste**	**Brasil**
	32%	40%	38%	37%

c) Qualificação Das Ofertas Nas Instituições

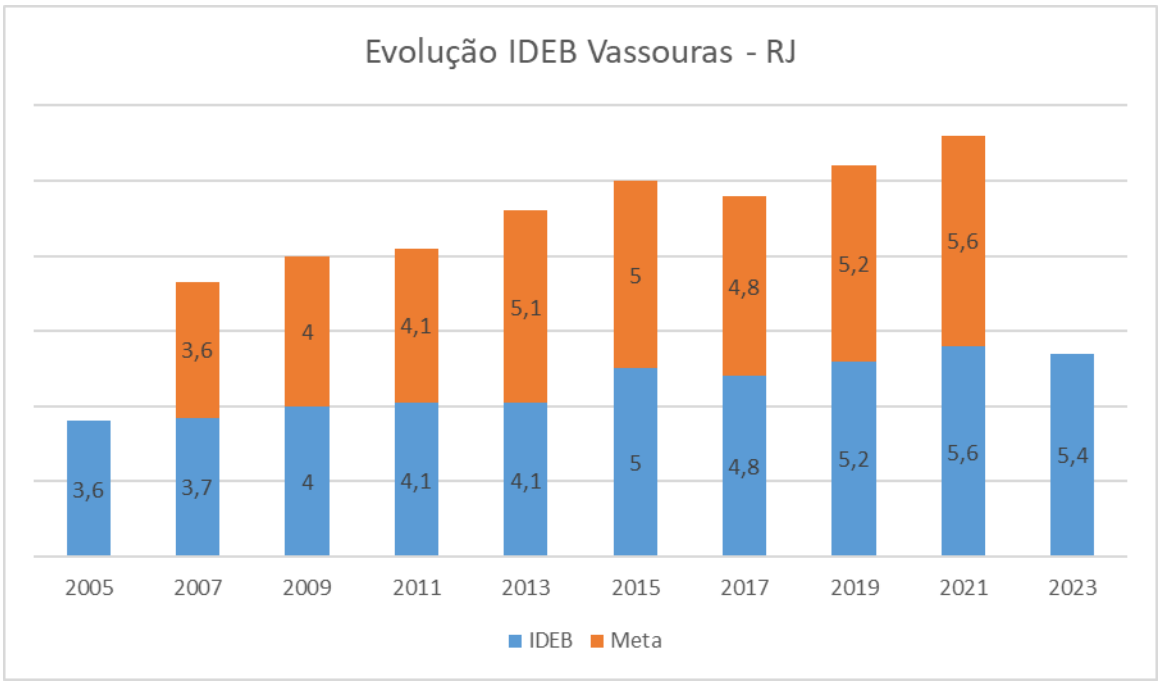
Qualificação da Oferta em Instituições de Ensino Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Vassouras, 2024.		
Referência	**Rede Pública**	**Rede Privada**
Número de profissionais exercendo a função de docentes na Educação Infantil	73	43
Nível de formação dos docentes na Educação Infantil	Ensino Médio com Formação de Professores ou Ensino Superior	
Percentual de escolas com oferta de merenda escolar diária	100%	Não se aplica
Número de instituições de Educação Infantil com oferta de atendimento integral para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses	01	02
Número de alunos até 5 anos e 11 meses com necessidades educacionais especiais na Educação Infantil	36	18
Número de alunos até 5 anos e 11 meses inseridos em programa de atendimento especializado para crianças com necessidades educacionais especiais	12	05
Percentual de instituições de educação infantil que têm representação de pais de alunos no conselho escolar.	100%	Não se aplica
Percentual de instituições de educação infantil que contemplam em seus projetos pedagógicos temáticas desenvolve atividades de educação ambiental	100%	04
Percentual de instituições de educação infantil que contemplam em suas propostas pedagógicas, currículos e materiais didáticos referentes a	100%	100%

diversidade étnico- racial com vista a promoção da igualdade		
Percentual de instituições de educação infantil que dispõem e brinquedos e jogos expressivos da diversidade étnica- racial	100%	03
Percentual de instituições de educação infantil com cantinas com alguma restrição de venda de alimentos potencialmente prejudiciais à saúde da criança	Não se aplica	01

d) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

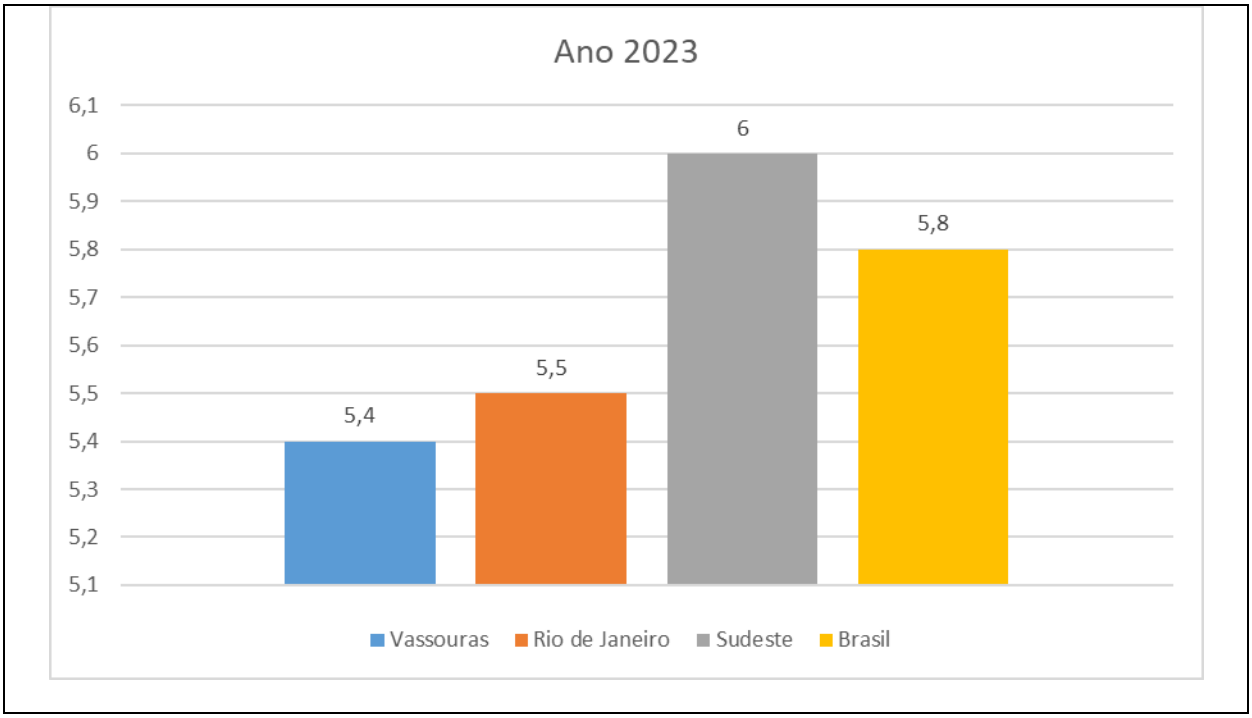
Evolução do IDEB: Ensino Fundamental – Anos Iniciais (Rede Municipal)

Fonte: MEC / INEP - IDEP, 2023.



Comparação do IDEB

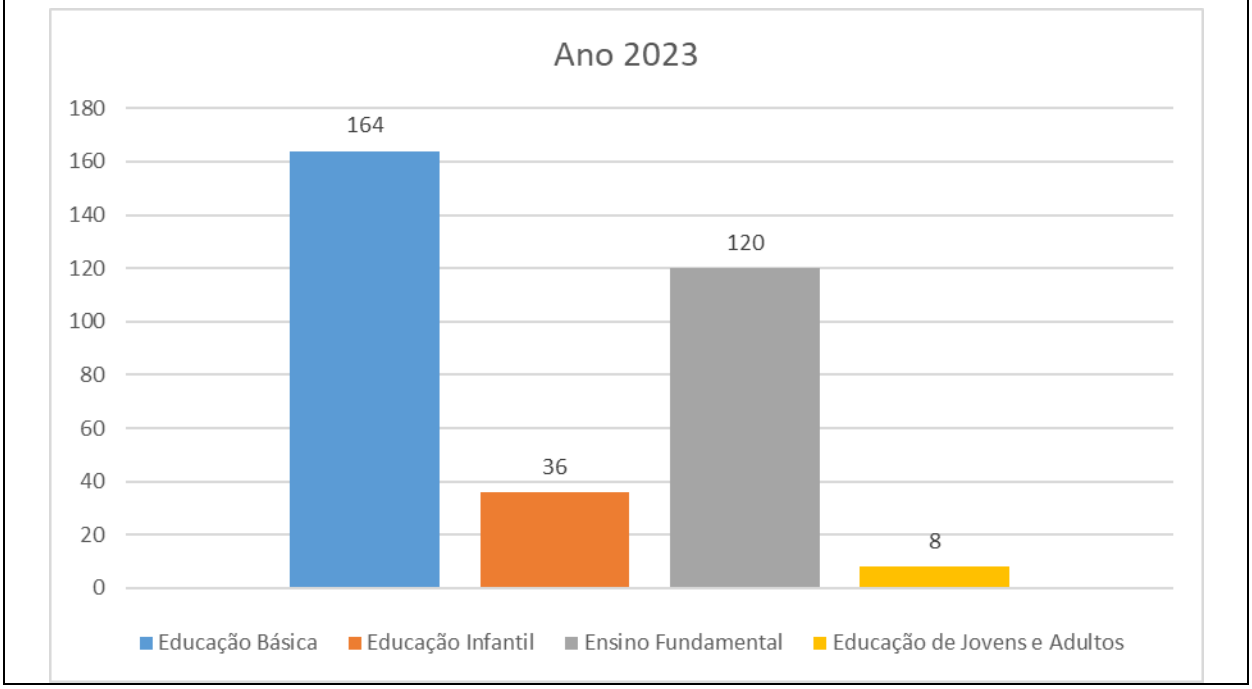
Fonte: MEC / INEP - IDEP, 2023.



e) Matrículas de Educação Especial

Matrículas da Educação Especial – Rede Municipal – Vassouras - RJ

Fonte: MEC / INEP – Censo Escolar, 2023.



f) Desafios encontrados na Política de Educação de Vassouras:

A construção de uma Educação Infantil efetiva e de qualidade em Vassouras enfrenta desafios que exigem atenção e planejamento estratégico. Um dos principais desafios é garantir a matrícula de

todas as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos na pré-escola, assegurando que esse direito seja efetivamente cumprido. Além disso, a ampliação da oferta de creches para atender pelo menos 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos é uma necessidade urgente, considerando a crescente demanda e a insuficiência de vagas.

Outro desafio fundamental é a garantia do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado. Para crianças e adolescentes de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, a implementação de um sistema educacional inclusivo deve ser aprimorada. Isso inclui a ampliação e qualificação das salas de recursos multifuncionais, bem como a oferta de classes, escolas ou serviços especializados, sejam eles públicos ou conveniados.

A alfabetização de todas as crianças até o final do 2º (ano) ano do ensino fundamental continua sendo um objetivo desafiador, especialmente diante das dificuldades enfrentadas na formação docente e na adoção de metodologias eficazes. A implementação da educação em tempo integral também demanda investimentos, tanto na infraestrutura escolar quanto na capacitação de profissionais. Atualmente, garantir que pelo menos 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas ofertem educação em tempo integral, atendendo no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica, é um desafio logístico e financeiro para o município.

Outro ponto crítico é a valorização e formação dos profissionais da educação. A meta de formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação, além de assegurar a formação continuada de todos os profissionais da educação básica, alinhando essa qualificação às necessidades reais das escolas e às especificidades do sistema de ensino local.

Diante desses desafios, a implementação de políticas públicas eficazes e investimentos adequados são essenciais para garantir o avanço da qualidade da educação em Vassouras, promovendo equidade e oportunidades para todas as crianças do município.

4.4 Dados e panorama sobre proteção social e da política de assistência social

A Proteção Social se constitui como uma série de garantias asseguradas ao cidadão para a redução das vulnerabilidades, fragilidades e riscos de ordem social, política, econômica e natural que possam ocorrer na vida dos indivíduos e suas famílias. Ela é a resposta do Estado às necessidades da população para garantir um mínimo de condições para uma vida digna. Os indicadores sociais são o Norte para o governo investir em políticas públicas direcionadas e eficazes.

Cada Política Pública no Brasil tem seu papel fundamental para a garantia de Proteção Social. A Política Pública de Assistência Social está organizada através do Sistema Único de Assistência Social

(SUAS) que oferta a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial através de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ao cidadão, família e comunidade.

Com base nos dados do Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal, referentes ao município de Vassouras, observa-se que 46,47% da população está inscrita no CadÚnico. Dentre os cidadãos cadastrados, 49,62% se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, sendo beneficiárias do Programa Bolsa Família e que representam 23% da população do município. Além disso, de acordo CECAD 2.0, 8,2% dos munícipes possuem renda nula, enquanto 31,52% recebem até um salário mínimo.

Quanto à população de Primeira Infância inscrita no Cadastro Único é importante dizer que esta representa 56,9% da população de Primeira Infância em Vassouras. Sendo que aproximadamente 65,6% da população inscrita no CadÚnico de 0 a 6 anos de idade é beneficiária do Programa Bolsa Família e 32,7% deste mesmo público reside fora do distrito sede – bairros afastados do centro da cidade e área rural.

Os dados apresentados revelam a expressiva quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade social no município, resultado das dificuldades econômicas enfrentadas. A fragilidade financeira compromete diretamente a capacidade dessas famílias de suprirem necessidades básicas, como moradia, segurança alimentar e nutricional, além de limitar o acesso a informações, orientações e serviços públicos essenciais para a sobrevivência.

Diante desse cenário, torna-se urgente que o município amplie e fortaleça sua rede de serviços socioassistenciais, adotando uma abordagem territorializada e descentralizada. Isso inclui a expansão dos atendimentos sociais técnicos e dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, especialmente nas áreas rurais, onde o acesso a esses recursos é ainda mais limitado.

Investir nessas ações é fundamental para fortalecer a capacidade protetiva das famílias, garantindo suporte adequado a todos os seus membros, com atenção especial às crianças de 0 a 6 anos de idade, que se encontram em uma fase crucial do desenvolvimento. Somente por meio de políticas públicas efetivas será possível promover inclusão, dignidade e melhores condições de vida para a população em situação de vulnerabilidade.

Segundo o relatório do Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, publicado em agosto de 2024, os números apresentados revelam um cenário alarmante, com elevados riscos para crianças e adolescentes no Brasil. O relatório destaca que, embora a maioria dos casos de violência envolva adolescentes, houve um aumento significativo nos assassinatos de crianças. O crescimento foi de 20,4% na faixa etária de 0 a 4 anos e de 49% na faixa etária de 5 a 9 anos.

Além disso, o relatório revela que, no caso das mortes violentas intencionais (homicídios dolosos), a grande maioria das vítimas são crianças das faixas etárias de 0 a 4 anos (94,3%) e de 5 a 9 anos (97,4%). Destaca-se ainda que, entre as crianças na primeira infância, 4,8% das mortes são resultantes de lesões corporais seguidas de morte, com características indicativas de maus-tratos e violência doméstica. Esses dados ressaltam a gravidade da situação e a urgente necessidade de medidas de proteção e prevenção para essa faixa etária.

A UNICEF apresenta gráficos relevantes sobre os tipos de crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Na faixa etária de 0 a 4 anos, os dados revelam que: 8,5% das mortes são decorrentes de feminicídio, 85,8% por homicídio doloso e 0,9% por lesão corporal seguida de morte. Já na faixa etária de 5 a 9 anos, os números são: 10,6% por feminicídio, 86,8% por homicídio doloso e 1,6% por Morte Decorrente de Intervenção Policial (MDIP). O percentual de feminicídios é particularmente expressivo nas faixas etárias mais precoces, destacando-se em relação às demais.

Esses dados, a nível nacional, também refletem a realidade de nossa cidade. Conforme os registros de violência contra crianças e adolescentes fornecidos pelo Conselho Tutelar de Vassouras, observamos um aumento considerável nos números de 2022 a 2023, além de um número significativo de mulheres vítimas de violência, muitas delas mães de crianças na primeira infância, que são atendidas nos órgãos especializados em atendimento à mulher. Esses números não apenas se mantêm elevados, mas têm aumentado ao longo dos anos de 2021, 2022 e 2023.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, os direitos de crianças, adolescentes e jovens, garantindo-lhes o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Além disso, é obrigação protegê-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Portanto, é fundamental garantir a cobertura de uma Rede de Proteção, com profissionais devidamente qualificados, para oferecer um atendimento eficaz às crianças e suas famílias. Esse esforço é essencial para prevenir, combater e contribuir para o enfrentamento e a superação de todas as formas de violência.

DADOS SOBRE CADASTRO ÚNICO DE PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL*

* Referência Junho/2024

a) Total De Pessoas E Famílias Inscritas e beneficiárias do Programa Bolsa Família

Perfil Cadastro Único Fonte: CadÚnico, 2024.						
Famílias	**Total Famílias Cadastradas no CadÚnico**		6.729	**Indivíduos**	**Total Pessoas Cadastradas no CadÚnico**	15.761
	Famílias Beneficiadas Programa Bolsa Família	% Famílias no CadÚnico Beneficiadas Programa Bolsa Família			Indivíduos Beneficiados Programa Bolsa Família	% Indivíduos Beneficiados pelo PBF x População do Município
	3.372	10%			7.822	26%

Renda Per Capita dos inscritos no CadÚnico				
Pessoas Inscritas no CadÚnico	**Referência**	**Quantidade**	**% do CadÚnico**	**% da População**
	Acima de ½ Salário Mínimo	3.304	22%	9,72%
	Situação de Pobreza e Extrema Pobreza	7.822	52%	23%

b) Número de Pessoas Com Renda Nula - Total: 2.726 Por Bairro

Números de Pessoas com Renda Nula por Bairro Fonte: CadÚnico, 2024.					
Aliança	7	Ferreiros	04	Pinheiros	17
Alto do Rio Bonito	47	Glória	02	Pirauí	43
Andrade Costa	45	Grecco	548	Pocinhos	134
Andrade Pinto	80	Ipiranga	118	Residência	295
Bacia de Pedra	03	Itakamosi	237	Ribeirão	03
Barão de Vassouras	131	Linha	02	Santa Terezinha	25
Barreiros	17	Madruga	123	São José	02
Campo Limpo	15	Mancusi	107	Ferreiros	22
Cananéia	12	Massambará	91	Tambasco	25
Caim Angola	02	Matacães	02	Tinguá	16
Carvalheira	49	Matadouro	37	Trevo	10
Centenário	58	Mello Affonso	36	Triunfo	17
Centro	147	Ponte Funda	81	Margem do Manejo	04
Demétrio Ribeiro	93	Santa Amália	09	**Total de Pessoas**	**2.726**

c) Número de Pessoas Com Renda Até 01 Salário Mínimo - Total: 10.620

Números de Pessoas com Renda de Até 01 Salário Mínimo Fonte: CadÚnico, 2024.					
Aliança	36	Ferreiros	33	Pinheiros	109
Alto do Rio Bonito	122	Glória	07	Pirauí	186
Andrade Costa	255	Grecco	1433	Pocinhos	533
Andrade Pinto	451	Ipiranga	303	Residência	801
Bacia de Pedra	05	Itakamosi	673	Ribeirão	08
Barão de Vassouras	539	Linha	04	Santa Terezinha	808
Barreiros	90	Madruga	781	São José	03
Campo Limpo	74	Mancusi	261	Ferreiros	151
Cananéia	61	Massambará	628	Tambasco	57
Caim Angola	07	Matacães	06	Tinguá	128
Carvalheira	28	Matadouro	237	Trevo	28
Centenário	193	Mello Affonso	151	Triunfo	05
Centro	737	Ponte Funda	338	Margem do Manejo	03
Demétrio Ribeiro	310	Santa Amália	37	**Total de Pessoas**	**10.620**

d) Número de Crianças de Primeira Infância Inscritas no Cadastro Único x Beneficiárias do Programa Bolsa Família

Crianças na Primeira Infância no CadÚnico Fonte: CadÚnico, 2024.			
1.789	Crianças de 0 a 6 anos no **CadÚnico**	**1.191**	Crianças de 0 a 6 anos Beneficiárias do **Programa Bolsa Família**

Caracterização por Gênero e Idade						
Idade	**Masculino**	**% Masculino**	**Feminino**	**% Feminino**	**Total**	**% Total**
0 a 4 anos	687	49,53 %	400	50,47 %	1.387	8,80 %
5 a 6 anos	337	49,41 %	345	50,59%	662	4,33 %

e) Número de Crianças de 0 a 6 anos de Idade Inscritas no Cadastro Único e Número de Crianças Beneficiários do Programa Bolsa Família.

Crianças na Primeira Infância (0 - 6 anos) no CadÚnico, Beneficiárias do Programa Bolsa Família, Crianças com Deficiência e Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada por Bairro

Fonte: CadÚnico, 2024.

Bairro	Inscritas no CadÚnico	Beneficiárias do PBF	CadÚnico com Deficiência	Beneficiárias do BPC
Alto do Rio Bonito	22	15	01	0
Barreiro	27	21	0	0
Campo Limpo	17	12	02	02
Carvalheira	43	35	01	02
Centenário	36	28	01	01
Centro	101	54	05	07
Grecco	269	244	04	06
Madruga	130	118	04	02
Mancusi	65	57	0	01
Matadouro	44	30	0	0
Mello Affonso	19	12	0	0
Morro da Vaca	61	6	01	0
Residência	145	137	03	03
Santa Amália	19	100	06	03
Santa Terezinha	23	17	0	01
Tambasco	05	03	0	0
Barão de Vassouras	112	87	03	03
Cananéia	10	07	0	01
Aliança	06	05	0	0
Massambará	128	105	03	02
Andrade Pinto	91	66	04	0
Andrade de Costa	42	31	0	0
Estiva	01	0	0	0
Pinheiros	12	14	01	0
Tinguá	26	24	01	01
Ferreiros	15	24	0	0
Ipiranga	52	42	01	0
Itakamosi	101	95	03	03
Demétrio Ribeiro	45	44	0	0

Capim Angola	01	01	0	01
Pirauí	20	18	0	0
Vargem do Manejo	02	02	01	01
Pocinhos	81	69	01	02
Triunfo	09	01	0	0
Trevo	09	07	0	0

f) Quantitativo de crianças de 0 a 6 anos de idade e gestantes atendidas no Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz

Crianças de 0 a 6 anos de Idade e Gestantes Atendidas no Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz Fonte: Sistema E-PCF - MDS, 2024.				
Referência / Ano	**2021**	**2022**	**2023**	**2024 (até junho)**
Crianças	407	414	354	301
Crianças com BPC	06	05	03	04
Gestantes	53	56	35	17

g) Quantitativo de Crianças de 0 a 06 anos de idade que participaram do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no ano de 2024:

Crianças de 0 a 6 anos de Idade que participaram do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no ano de 2024 Fonte: Sistema de Informação do Serviço de Convivência - SISC, 2024.		
CRAS Centro	**CRAS Alto do Rio Bonito**	**CRAS Toca**
05	04	10

h) Dados Do Ivcad – Desenvolvimento Na Primeira Infância

O IVCAD, ou Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único, é um indicador que mede a vulnerabilidade das famílias brasileiras, foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) com objetivo de identificar situações de vulnerabilidade social e a estruturar políticas públicas. Neste Índice foi possível identificar possíveis situações de vulnerabilidade nas famílias que possuem crianças com idade entre 0 e 6 anos. São sinalizados contextos em que essas crianças não frequentam creche ou pré-escola, assim como os casos em que essas crianças não são filhos ou enteados do responsável familiar. O índice sintético

representa a proporção de indicadores que apontam para uma possível situação de vulnerabilidade no desenvolvimento na Primeira Infância.

O IVCAD é calculado considerando famílias com cadastro atualizado em até 2 anos e com renda mensal per capita de até meio salário mínimo.

Dados do IVCAD - Desenvolvimento da Primeira Infância

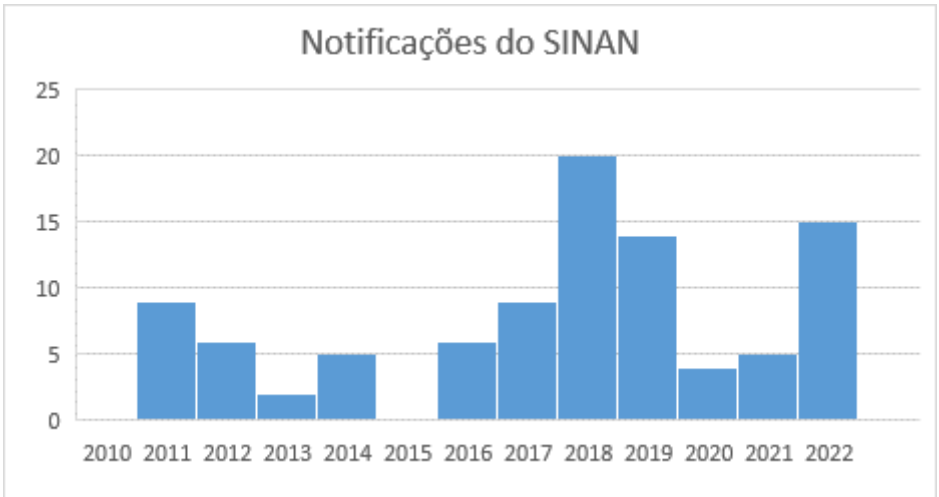
Fonte: https://paineis.cidadania.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html#

Número Total de Famílias consideradas para o cálculo do IVACD			**3.820**
Ref.	**Descrição**	**%**	**Total**
DPI 1	Possui criança de 4 a 6 anos que não frequenta ou nunca frequentou Creche / Pré-escola / Escola	3,7%	142
DPI 2	Possui criança de 0 a 6 anos que não frequenta ou nunca frequentou Creche / Pré-escola / Escola	21,3%	814
DPI 3	Possui crianças com até 6 anos que não são filhos ou enteados do responsável pela unidade familiar	2,3%	86

i) Notificações De Violência – Sinan (Brasil/RJ/VASSOURAS)

Notificações dos Casos de Violência Contra Crianças de 0 a 4 anos

Fonte: SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação, 2010 a 2022 em: https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/vassouras-rj/



j) Número De Casos De Crianças Com Idade Entre 0 A 6 Anos Acompanhados Pelo CREAS (PAEFI)

Famílias Inseridas no PAEFI com Crianças na Primeira Infância Fonte: CREAS Maicon Motta Rodrigues, 2024.				
Tipo de violência	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Intrafamiliar (abusos físicos e psicológicos)	0	04	0	09
Abuso Sexual	0	0	0	01
Exploração Sexual	0	0	0	0
Negligências	0	01	05	04

k) Número De Crianças Com Idade Entre 0 A 6 Anos Inseridas No Acolhimento Institucional – Abril/2023 A Junho/2024

Crianças na Primeira Infância em Acolhimento Institucional no Período de Abril/2023 a Junho/2024 Fonte: Acolhimento Institucional Hélia Leite dos Santos Gonçalves, 2024.	
Idade	**Quantidade**
0 a 11 meses	02
12 a 23 meses - 1º ano de vida	01
24 a 35 meses - 2º ano de vida	01
36 a 47 meses - 3º ano de vida	0
48 a 59 meses - 4º ano de vida	02
60 a 71 meses- 5º ano de vida	0
72 a 83 meses - 6º ano de vida	04

l) Dados Do Conselho Tutelar – violência contra criança de 0 a 6 anos de idade

Crianças na Primeira Infância Acompanhadas pelo Conselho Tutelar Fonte: Conselho Tutelar de Vassouras, 2024.		
Situação	**2022**	**2023**
Violência Física	12	39
Violência Psicológica	05	108
Alienação Parental	01	19
Violência Sexual	02	04
Negligência	07	108

m) Centro Especializado de Atendimento à mulher – CEAM

Em novembro de 2021 foi inaugurado o Centro de Atendimento Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM Marianna Crioula. É um serviço gratuito que oferece acolhimento, acompanhamento psicossocial e jurídico para mulheres em situação de violência; é um equipamento importante para a prevenção e proteção de mulheres e meninas; e para a superação de situações de violação de direitos, com uma equipe capacitada e sensibilizada sobre a questão da violência de gênero. O CEAM também pode encaminhar mulheres vítimas de violência para a Casa Abrigo, uma unidade sigilosa e protegida que acolhe temporariamente as mulheres e seus filhos menores de 14 anos, atender mulheres em situação de violência seja por demanda espontânea ou por encaminhamento de algum serviço ou instituição; oferecendo orientações gerais sobre os direitos da mulher e sobre a Rede de Atendimento a sua disposição.

Mulheres Atendidas no Centro de Atendimento Especializado de Atendimento à Mulher Marianna Crioula em Vassouras - RJ

Fonte: CEAM Marianna Crioula, 2024.

Período	Mulheres Acompanhadas	Gestantes	Mães de Crianças de 0 a 3 anos	Mães de Crianças de 4 a 6 anos
1º ano	52	03	09	15
2023	73	07	21	16

n) Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher – NIAM

Em agosto de 2023 foi inaugurado o NÚCLEO INTEGRADO DE ATENDIMENTO A MULHER – NIAM 95º DP Vassouras; Trata-se de um espaço seguro e livre de julgamentos, onde as mulheres que sofrem violência podem registrar a ocorrência da violência na delegacia de polícia. O objetivo do NIAM é combater a violência contra a mulher e promover a igualdade de gênero. O NIAM conta com profissionais especializados para atender as mulheres e meninas vítimas da situação violência doméstica ou familiar. Há também um ambiente infantil para distrair crianças durante o atendimento, caso a vítima tenha filho pequeno. NIAM também é um canal de denúncias e oferece orientação e acompanhamento psicossocial para que as mulheres superem o ciclo da violência.

Mulheres Atendidas no Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher da 95ª Delegacia de Polícia Civil em Vassouras

Fonte: NIAM 95ª DP Vassouras, 2024.

Período	Mulheres Acompanhadas	Gestantes	Mães de Crianças de 0 a 3 anos	Mães de Crianças de 4 a 6 anos
1º ano	50	03	04	10

2023	85	06	20	15

o) Dados sobre Trabalho Infantil

Não foram identificados registros do CREAS e do Conselho Tutelar demandas ou atendimentos às situações de trabalho infantil, nos últimos cinco anos.

p) Ofertas Públicas Governamentais Da Política De Assistência Social E Demais Órgãos Do Sistema De Garantia De Direitos

Ofertas Públicas Governamentais da Política de Assistência Social e Demais Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Vassouras, 2024.	
Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias - PAIF	Oferta nos 3 CRAS
Serviço de Proteção Social Especializado às Famílias e Indivíduos - PAIF	Oferta no CREAS
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Oferta nos 3 CRAS
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos	Não é ofertado no município
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência	Não é ofertado no município
Programa de Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz	Atendimento à 300 usuários
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	01 abrigo com capacidade para 10 crianças, sendo 2 bebês
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	Não é ofertado no município
Conselho Tutelar	01 Conselho
Vara de Infância e Juventude	Sim
Comissariado da Infância e Juventude	Sim
Ministério Público	Sim
Defensoria Pública	Sim
Delegacia de Polícia Civil	Sim
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Sim
CEAM - Centro de Atendimento Especializado de Atendimento à Mulher	Sim

NIAM - Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher	Sim

q) Ofertas Privadas Governamentais Da Política De Assistência Social E Demais Órgãos Do Sistema De Garantia De Direitos

Não foram identificadas ofertas de serviços, programas e projetos que atendem famílias com crianças na primeira infância realizadas pela sociedade civil.

r) Desafios encontrados na Política de Assistência Social de Vassouras:

O município possui pouquíssima oferta de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV para a idade de 0 a 6 anos de idade nos CRAS e nula oferta, deste tipo, na área rural. O SCFV contribui para a formação do exercício da cidadania através de atividades que incentivam e promovem a construção do protagonismo, da autonomia, do conhecimento dos direitos e do fortalecimento de vínculos. No entanto, a escassa disponibilização de recursos humanos dificulta a organização de maior oferta no município.

Além do SCFV, nos CRAS identifica-se a necessidade de equipe volante e a instalação de centros de convivência, onde se inclui técnicos de nível superior e técnicos de ensino médio, que de maneira proativa realizam atendimentos nos territórios mais afastados, garantindo atendimentos e acompanhamento familiar.

O município ainda não implantou o Serviço de Acolhimento Familiar. Diversas pesquisas têm demonstrado os benefícios do cuidado em ambiente familiar em detrimento do cuidado institucional de crianças e adolescentes que precisam da medida de proteção. As pesquisas apontam que as crianças em acolhimento familiar apresentam maior bem-estar subjetivo, melhor autoestima e melhores índices de desenvolvimento físico e de aprendizagem, além de estar menos expostos a situação de risco, como abuso físico e sexual, do que aqueles acolhidos em instituições.

s) A situação de Violência doméstica contra criança também precisa ser olhada com atenção. Um dos desafios neste caso é o quantitativo de recursos humanos adequado no CREAS o que é fundamental para atender a demanda apresentada; outro desafio é a adoção de ações qualificadas de prevenção e intervenção junto aos casos de violência contra crianças, como a implantação da Escuta Especializada que contribui para a não revitimização da vítima de violência.

4.5- Cultura e Primeira Infância: Um Direito Fundamental para o Desenvolvimento Humano

A criança deve ser reconhecida não apenas como um ser em desenvolvimento, mas como parte essencial do processo de evolução da humanidade. Garantir seus direitos e priorizar ações voltadas ao seu bem-estar é um dever compartilhado entre a família, a sociedade e o poder público.

A cultura desempenha um papel estratégico na articulação de políticas intersetoriais, conectando áreas como educação, saúde, assistência social e justiça. Além disso, atua na proteção da infância, promovendo o atendimento a crianças em situação de vulnerabilidade e pertencentes a comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e negras, protegendo tradições e conservando a sabedoria popular. Também contribui para a prevenção da violência, negligência, abandono, segregação e para a defesa da infância contra a pressão consumista.

Nos primeiros anos de vida, a interação cultural e ambiental possibilita à criança o acesso e a ressignificação de suas memórias genéticas. Esse processo potencializa a criatividade, a inteligência e o desenvolvimento integral — físico, afetivo, cognitivo, linguístico e psicossocial —, dependendo diretamente do ambiente cultural ao qual a criança está exposta.

Preservar e ampliar espaços de acesso compartilhado à cultura é essencial para o desenvolvimento infantil. Isso inclui a valorização do letramento amplo, da leitura por meio da narração oral (contos e cantigas), das canções de ninar, dos jogos de mãos e de espaço, além do acesso às diversas expressões artísticas. Tais práticas não apenas enriquecem o vocabulário e a cognição das crianças, mas também estimulam a criatividade, promovem conexões entre formas e pensamentos, fortalecem a compreensão da alteridade e incentivam a renovação das artes. Dessa forma, a cultura se consolida como um meio solidário de promover a humanidade.

No município de Vassouras, parte das políticas públicas de cultura é voltada à primeira infância, com foco na democratização do acesso aos equipamentos culturais e no fomento a atividades promovidas pelo terceiro setor e pela sociedade civil. Entre as ações implementadas, destacam-se a oferta contínua de aulas de teatro, dança e balé, garantindo que as crianças tenham contato desde cedo com diferentes formas de expressão artística. Além disso, são desenvolvidos projetos de artes cênicas, danças e incentivo à leitura, abrangendo todas as faixas etárias.

Há também dois equipamentos voltados ao incentivo à leitura:

a) Biblioteca Maurício de Lacerda – fundada em 1872, conta atualmente com um acervo diversificado de livros contemporâneos, literatura nacional e estrangeira, enciclopédias, dicionários, coleções e materiais para pesquisas escolares. Além do empréstimo de livros, oferece um espaço dedicado à pesquisa e promove atividades como a contação de histórias infantis. Fica localizada no endereço: Rua Barão do Tinguá, 03 - Centro - Vassouras.
b) Vagão da Leitura – anexo à Biblioteca Municipal Maurício de Lacerda, esse espaço foi fundado em 2006 com o objetivo de incentivar a leitura. Voltado especialmente para o público infantil e

jovem, o local oferece um ambiente acolhedor para leitura e lazer, promovendo o contato dos pequenos com os livros de forma lúdica e interativa.

O município aposta também no trabalho intersetorial, integrando a cultura a outras áreas para ampliar o impacto dessas iniciativas. Investir na cultura como ferramenta de desenvolvimento infantil é um passo fundamental para construir uma sociedade mais inclusiva, criativa e humanizada.

Apesar dos avanços, a consolidação de uma política cultural voltada à primeira infância ainda enfrenta desafios significativos.

A baixa participação da sociedade civil na construção do Plano Municipal de Cultura, nas consultas públicas e em outras ações deliberativas representa um desafio para a formulação e implementação de políticas voltadas à primeira infância. A ausência de envolvimento da comunidade reduz a efetividade das ações, tornando essencial a ampliação de estratégias de mobilização e conscientização sobre a importância da cultura na infância.

A insuficiência de recursos financeiros impede a adaptação e a criação de espaços culturais adequados para atender a primeira infância. Além disso, grande parte dos equipamentos culturais do município são prédios históricos ou estão localizados em áreas tombadas, o que demanda investimentos mais elevados para restauração e adequação às exigências da legislação de preservação do patrimônio.

Outro desafio crítico é a carência de profissionais qualificados para o atendimento específico do público infantil. A primeira infância exige abordagens pedagógicas e culturais diferenciadas, tornando essencial a capacitação contínua dos profissionais envolvidos nessas atividades. Garantir formações especializadas para mediadores de leitura, instrutores de artes e agentes culturais é fundamental para fortalecer a qualidade das ações culturais destinadas às crianças.

Superar esses desafios requer o fortalecimento do diálogo entre o poder público, a sociedade civil e as instituições culturais. A criação de programas de capacitação, a ampliação do financiamento e o estímulo à participação comunitária são caminhos essenciais para consolidar uma política cultural inclusiva e transformadora para a primeira infância.

Com investimentos e ações coordenadas, é possível construir um ambiente cultural rico e acessível, proporcionando às crianças experiências que estimulem sua criatividade, desenvolvimento cognitivo e senso de pertencimento à comunidade. Dessa forma, a cultura se afirma como um direito essencial e uma ferramenta poderosa para o crescimento humano desde os primeiros anos de vida.

4.6- Meio Ambiente e Primeira Infância

A relação entre o meio ambiente e a primeira infância é crucial para o desenvolvimento integral da criança. O ambiente físico e social em que a criança cresce impacta diretamente seu bem-estar,

saúde e habilidades cognitivas, afetivas e sociais. É fundamental garantir que as crianças tenham acesso a um meio ambiente saudável, que favoreça o seu aprendizado e desenvolvimento, desde os primeiros anos de vida.

Nos primeiros anos, a criança está em uma fase sensível de formação, e o contato com o ambiente ao seu redor tem um papel formador nas suas percepções e no desenvolvimento de suas capacidades cognitivas e sensoriais. O meio ambiente oferece oportunidades de aprendizado, descobertas e interação, sendo fundamental para a construção da identidade e da visão de mundo da criança. Além disso, o acesso a espaços verdes, naturais e ao ar livre contribui para o desenvolvimento físico e emocional da criança, estimulando sua curiosidade, criatividade e habilidades motoras.

O município de Vassouras se destaca por seu rico patrimônio histórico e biodiversidade, características que devem influenciar diretamente a formulação de suas políticas públicas ambientais. Ao longo dos últimos anos, o município tem desenvolvido ações para equilibrar a preservação de seus recursos naturais com a promoção do desenvolvimento sustentável, sempre em conformidade com as diretrizes ambientais nacionais e internacionais.

a) Contexto Histórico e Ambiental:

Vassouras possui um legado ambiental significativo, especialmente por estar localizada na região do Vale do Paraíba, conhecida pela sua vasta biodiversidade e pelo histórico de degradação ambiental associado ao ciclo do café. Durante o auge da produção cafeeira, no século XIX, o desmatamento e a exploração intensiva das terras causaram um grande impacto ecológico, o que gerou desafios para a recuperação ambiental da região.

Nos últimos anos, a recuperação das áreas degradadas e a preservação dos remanescentes da Mata Atlântica têm se tornado prioridades para o município. De acordo com Loureiro (2018), a implementação de projetos de reflorestamento e a criação de unidades de conservação têm sido ações essenciais na política ambiental local. Esses projetos não apenas contribuem para a preservação da biodiversidade, mas também favorecem a restauração de serviços ecossistêmicos cruciais, como a regulação do clima e a conservação do solo.

b) Políticas Públicas e Instrumentos de Gestão Ambiental

A política pública ambiental em Vassouras é baseada no princípio do desenvolvimento sustentável, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e pela Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/1981). A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável desempenha papel central na formulação e implementação de políticas, com ênfase na proteção dos recursos hídricos, áreas de proteção ambiental (APAs) e na gestão de resíduos sólidos.

A criação do Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos é um exemplo claro de medida adotada para atender às necessidades ambientais locais. Esse plano busca promover práticas adequadas de tratamento de resíduos, um desafio comum em cidades de pequeno e médio porte. A gestão de resíduos em áreas rurais ainda enfrenta dificuldades devido à infraestrutura limitada, mas o fortalecimento das políticas de coleta seletiva e reciclagem tem sido uma solução crescente para o município.

c) Educação Ambiental, Participação Social e os Desafios das Políticas Públicas Ambientais

A educação ambiental é um pilar essencial da política pública local, sendo promovida por meio de programas nas escolas e campanhas de conscientização direcionadas à população. A participação da sociedade civil é incentivada por meio dos conselhos municipais de meio ambiente, que desempenham um papel deliberativo na formulação de diretrizes e no acompanhamento da implementação de políticas ambientais.

Apesar da importância crucial do meio ambiente para o desenvolvimento infantil, vários desafios precisam ser enfrentados. A desigualdade no acesso a espaços verdes e naturais nas áreas urbanas, a degradação ambiental e os impactos das mudanças climáticas comprometem a qualidade de vida das crianças e, consequentemente, seu pleno desenvolvimento.

Embora Vassouras tenha feito progressos significativos na proteção ambiental, desafios persistem. O crescimento urbano desordenado e o turismo ainda pressionam os recursos naturais, exigindo um planejamento mais eficaz. Um dos maiores desafios é a harmonização entre a preservação ambiental e o incentivo ao ecoturismo, que pode ser uma importante fonte de renda para a economia local. Além disso, há a necessidade de consolidar políticas de adaptação às mudanças climáticas. Em um estudo sobre a região, Ferreira e Silva (2021) afirmam que "*a vulnerabilidade de Vassouras às variações climáticas torna urgente a implementação de estratégias de adaptação, como a recuperação de áreas de risco e a conservação dos mananciais*".

É essencial garantir que todas as crianças, especialmente as que vivem em áreas urbanas, tenham acesso a parques, praças e outros espaços naturais, proporcionando-lhes oportunidades para brincar, explorar e se desenvolver de forma saudável. A criação de espaços verdes acessíveis a todas as crianças é fundamental para promover o bem-estar e o crescimento equilibrado.

A inclusão da educação ambiental no currículo escolar desde a primeira infância, ensinando as crianças sobre a importância da preservação do meio ambiente e incentivando práticas sustentáveis desde cedo, é uma medida eficaz para estabelecer uma relação mais harmoniosa entre a sociedade e o meio ambiente.

A falta de infraestrutura adequada para a realização de atividades ambientais nas escolas e nas creches, onde muitas dessas não possuem espaços ao ar livre ou áreas verdes onde as crianças

possam vivenciar a natureza. Essa limitação reduz a possibilidade de implementar atividades práticas de educação ambiental, como o cultivo de hortas, o plantio de árvores ou visitas a reservas ecológicas.

De acordo com Lino (2016), "*a falta de espaços verdes e ambientes adequados para o contato com a natureza é um dos maiores entraves à implementação eficaz de programas de educação ambiental voltados para a primeira infância, principalmente em áreas urbanas densamente povoadas*". Sem esses espaços, as crianças têm pouco acesso à natureza, o que dificulta o desenvolvimento de uma consciência ecológica desde cedo.

Outro problema comum é a desconexão entre o currículo escolar tradicional e as práticas de educação ambiental voltadas para a primeira infância. As diretrizes curriculares muitas vezes não priorizam ou integram de maneira efetiva os conteúdos de sustentabilidade e proteção ambiental nas atividades cotidianas das crianças. Além disso, muitos professores da educação infantil não têm formação adequada em temas ambientais, o que limita sua capacidade de trabalhar esses conceitos de forma lúdica e acessível. Segundo Silva (2018), "*o currículo escolar, principalmente na educação infantil, ainda está fortemente centrado em atividades cognitivas e linguísticas, com pouca atenção ao desenvolvimento da consciência ecológica e do cuidado com o meio ambiente. A falta de formação dos professores em educação ambiental também é um fator limitante nesse processo*".

A primeira infância depende fortemente da interação com os pais e cuidadores, e a eficácia de um programa ambiental para crianças depende também do envolvimento das famílias. No entanto, muitas vezes os pais carecem de informações sobre sustentabilidade ou não dispõem de tempo e recursos para implementar práticas ambientais em casa, como a reciclagem ou o cultivo de alimentos. De acordo com Carvalho (2019), "*para que as práticas ambientais se tornem parte do cotidiano das crianças, é fundamental que haja uma colaboração ativa entre as escolas e as famílias. No entanto, a falta de engajamento ou de conhecimento por parte dos pais é uma barreira significativa para o sucesso dessas iniciativas*".

A ausência de políticas públicas específicas e integradas que abordem a educação ambiental na primeira infância é outro grande obstáculo. Embora existam leis e diretrizes nacionais, como a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), a aplicação dessas normas à educação infantil é limitada e carece de programas adaptados às necessidades e à realidade das crianças dessa faixa etária. O relatório de Vasconcelos (2020) aponta que "*as políticas públicas ambientais frequentemente não consideram as particularidades da primeira infância, resultando em ações pouco direcionadas e inadequadas para essa faixa etária. A falta de integração entre os setores de educação e meio ambiente também dificulta a criação de programas eficazes*".

Outro obstáculo significativo é a questão econômica e social. Em muitas comunidades, especialmente nas regiões mais pobres, as questões ambientais são vistas como uma prioridade

secundária frente às necessidades básicas, como alimentação, saúde e segurança. Isso cria uma barreira para a implementação de programas de educação ambiental, já que as famílias e as instituições podem não ter os recursos financeiros ou a infraestrutura para realizar atividades relacionadas ao meio ambiente. Como afirma Souza (2021), "*a prioridade de muitas famílias de baixa renda é garantir a sobrevivência e o bem-estar imediato de seus filhos, o que faz com que as preocupações ambientais fiquem em segundo plano. Nessas circunstâncias, é difícil implementar práticas sustentáveis sem um forte apoio das políticas públicas*".

Além disso, é urgente a implementação de políticas públicas focadas na redução da poluição do ar, da água e do solo. Essas ações visam garantir um ambiente saudável para as crianças, não apenas no presente, mas também para assegurar a qualidade de vida das próximas gerações.

c) Dados do IBGE:

Meio Ambiente Fonte: IBGE, 2024.	
Área Urbanizada (2019)	10,43 km²
Esgotamento Sanitário Adequado (2010)	73,5%
Arborização de Vias Públicas (2010)	63,2%
Urbanização de Vias Públicas (2010)	32,7%
População Exposta ao Risco (2010)	Sem dados
Bioma (2019)	Mata Atlântica
Sistema Costeiro-Marinho	Não pertence

4.7- Esporte e Lazer na Primeira Infância

As políticas públicas de esporte e lazer voltadas para a primeira infância abrangem ações e programas governamentais que promovem a inclusão de crianças de 0 a 6 anos em atividades físicas e recreativas. O objetivo é contribuir para seu desenvolvimento integral, garantindo oportunidades de brincar, se movimentar e aprimorar habilidades motoras, cognitivas, sociais e emocionais de forma saudável e estimulante.

Entre os principais objetivos dessas políticas está a promoção da atividade física desde os primeiros anos de vida, auxiliando no desenvolvimento motor das crianças, incluindo coordenação, equilíbrio, força, flexibilidade e percepção espacial. Além disso, o lazer e a prática esportiva desempenham um papel essencial no desenvolvimento cognitivo e emocional, estimulando a criatividade, a capacidade de resolução de problemas, a autoconfiança e as habilidades sociais, além de fortalecer os vínculos afetivos com familiares, amigos e cuidadores.

Garantir que todas as crianças, independentemente de classe social, etnia ou localização, tenham acesso a espaços adequados para lazer e prática esportiva é fundamental para um desenvolvimento pleno. Isso envolve a disponibilização de brinquedos e materiais apropriados para cada faixa etária, bem como a adaptação de espaços públicos, como praças e parques, para atender crianças pequenas e aquelas com deficiência.

Em Vassouras, a Política Pública de Esporte, liderada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), promove atividades e práticas esportivas voltadas ao desenvolvimento integral de crianças, jovens, adolescentes, adultos e idosos. Seu compromisso é fortalecer a cidadania e melhorar a qualidade de vida dos munícipes.

A SMEL tem como missão democratizar o acesso ao esporte e à cultura esportiva, promovendo o fortalecimento comunitário e a cidadania. Para isso, desenvolve projetos e programas voltados à primeira infância, além de apoiar e monitorar ações e práticas de iniciativas tanto do poder público quanto da sociedade civil.

a) Projetos que atendem a Primeira Infância no município: Projeto Chupetinha, na modalidade do Judô; Projeto Trampolim, na modalidade ginástica artística; Projeto Jiu-jitsu, modalidade de arte marcial, de iniciativa privada do Professor Leandro Cardoso; Projeto Capoeira, modalidade que combina arte marcial, dança, música, jogo, brincadeira e cultura popular, de iniciativa privada do Mestre Marquinhos.
b) Projetos Esportivos desenvolvidos pela SMEL ou de iniciativa da Sociedade Civil apoiados pelo poder público voltados para crianças com acompanhamento da equipe multidisciplinar: Karatê, Judô, Jiu-jitsu, Muay Thai, Tiro ao Arco, Ginástica de Trampolim, Skate, Capoeira, Beach Tênnis, Futsal, Circuito Funcional e Vôlei. Nestas iniciativas foram atendidas 391 crianças em 2024.

c) Projetos Comunitários, sem fins lucrativos, apoiados pela PMV/SMEL, que visam promover espaços de convivência no território, utilizando espaços públicos para recreação e lazer: Projeto Gente que Faz, no bairro Residência, de Futsal; Projeto Esportivo CIEP, na quadra do CIEP, de futsal, com modalidades masculino e feminino; Full Time, de futebol de campo, da Universidade de Vassouras; Jiu Jitsu no Conjunto Habitacional Toca dos Leões; Capoeira, do Mestre Marquinhos; Karatê, no bairro Residência com Professor Telmo; Futebol de campo, em Andrade Pinto e Luta Greco Romana Wrestling, no Palco Cultural, com professor Fernando Hadad.

d) Projeto Academia Vassourense, com modalidade de ginástica, com professor Guran, que atende gestantes.

Ofertas Públicas da Política Pública de Esportes em Vassouras Fonte: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, 2024.		
Modalidade	**Quantidade**	**Idade**
Judô	27	03 a 06 anos
Ginástica de Trampolim	05	05 e 06 anos
Skate	14	Até 06 anos
Projeto Atleta do Futuro	*	Até 06 anos

* parceria com a Secretaria Municipal de Educação nas escolas de ensino de tempo integral, atendendo todos os alunos matriculados

Devemos considerar alguns desafios na Promoção do Esporte para a Primeira Infância, como a falta de infraestrutura adequada, uma vez que muitos espaços destinados à prática esportiva não estão preparados para atender crianças pequenas. A ausência de adaptações de segurança e equipamentos específicos pode comprometer a participação segura e eficiente dos pequenos nas atividades. Outro fator seria a capacitação dos profissionais**,** uma vez que nem todos os profissionais de educação física ou instrutores possuem a formação ou experiência necessária para trabalhar com a primeira infância. Essa fase exige abordagens diferenciadas, com métodos mais lúdicos e adequados ao desenvolvimento infantil. As crianças pequenas ainda estão desenvolvendo suas habilidades motoras e emocionais, o que exige paciência e métodos adequados para evitar frustrações, a abordagem precisa ser estimulante e acolhedora para garantir a participação ativa e prazerosa das crianças pequenas.

Observa-se também que muitos pais podem não priorizar a prática esportiva para crianças pequenas, seja por falta de informação sobre os benefícios do esporte nessa fase, seja por questões sociais como os horários das ofertas, dificuldades de acesso e outros compromissos que dificultam o envolvimento nas atividades voltadas para o público da primeira infância.

Os programas voltados para a primeira infância muitas vezes enfrentam restrições orçamentárias, dificultando a implementação de iniciativas mais amplas e acessíveis. Isso pode impactar a qualidade e a disponibilidade das atividades oferecidas. Hoje não existe um recurso específico para o investimento em atividades voltadas para a primeira infância, desta forma, nem todas as modalidades esportivas hoje ofertadas pelo município são adaptáveis ou atraentes para a primeira infância. Isso pode limitar as opções disponíveis e reduzir o engajamento das crianças em

atividades físicas, tornando necessário o desenvolvimento de alternativas mais acessíveis e inclusivas.

5. OBJETIVOS E METAS

O Plano Municipal pela Primeira Infância abrange todas as crianças de 0 a 6 anos de idade e todo o território do município de Vassouras. Sua vigência será de 06 (seis) anos 2025/2030 acompanhando a vigência do Plano Nacional pela Primeira Infância e tem como seu papel principal cumprir com a Política Pública Nacional para a Primeira Infância instituída através da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.

Cada Gestor assumirá o Plano como dever político e instrumento técnico, materializado em forma de Termo de Compromisso, que será assinado pelos atores enquanto ocupantes do cargo.

A planilha de objetivos específicos e Metas encontra-se no Anexo 1.

6. IMPLANTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O presente Plano tem como desafio garantir que todas as Políticas Públicas Municipais estejam comprometidas em planejar, organizar e desenvolver ofertas públicas à população que contribuam na proteção social e no desenvolvimento de forma saudável e digna de todas as crianças de 0 a 6 anos cidadãs Vassourense.

Sua implementação integral é fundamental para as transformações societárias que tanto almejamos – UM FUTURO MELHOR. Para a sua concretização precisamos do compromisso de todos os atores envolvidos na Rede de Atendimento e dos Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos em fazer cumprir este Plano.

São mecanismos estratégicos e essenciais para este processo:

- Acompanhamento sistemático do Comitê Gestor Intersetorial.
- Elaboração de Plano de Ação Anual conforme as metas e o cronograma proposto no presente Plano.
- Acompanhamento e fiscalização dos órgãos competentes como: CMPDCA, CMAS, Ministério Público e Conselho Tutelar.

- Assinatura do Termo de Compromisso do Gestor Municipal e Gestores das pastas participantes.

Para o monitoramento e avaliação ficam definidas as seguintes atribuições:

Do Comitê Gestor Intersetorial:

- Elaborar o Plano Municipal pela Primeira Infância, conforme prevê o artigo 2º da Lei n° 13.257, de 8 de março de 2016;
- Zelar pela implantação e o cumprimento das metas definidas no Plano Municipal pela Primeira Infância;
- Elaborar o Plano de Ação Anual, onde os membros representantes das pastas vão dispor das ações e estratégias a serem adotadas pelas secretarias para alcançar a meta do ano em questão;
- Promover a articulação intersetorial com vistas ao atendimento das necessidades integrais da criança e ao fortalecimento das redes de proteção e cuidado no território municipal;
- Promover ações de sensibilização e articulação com os gestores municipais;
- Levantar e sistematizar dados e informações de forma sistemática para fins de monitoramento e avaliação periódica das ações relacionadas à implementação da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância;

Dos gestores:

- Encaminhar dados de monitoramento solicitados pelo Comitê Gestor Intersetorial;
- Elaborar relatório com informação das metas cumpridas e com justificativa e reordenamento das metas não cumpridas;
- Divulgar para a população as ofertas para a Primeira Infância e as ações realizadas.

Compreende-se que o processo de monitoramento e avaliação quantitativa e qualitativa permite que as políticas públicas enxerguem as necessidades de correções de fluxos e processos de trabalho e que se faça tomadas de decisões a fim de que todas as ações realizadas sejam eficazes junto à realidade que se quer intervir. A análise crítica sobre os dados agrega conhecimento e fortalecimento institucional influenciando na qualidade das políticas, nos resultados e impactos esperados.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Evolução urbana do Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2010.

BARMAN, Roderick J. Brasil: a formação de uma nação, 1798-1852.

BARROS, R.P.; COUTINHO, D.; MENDONÇA, R. Monitoramento e avaliação: Desenhando e implementando programas de promoção do desenvolvimento infantil com base em evidências. In: AVANÇ.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras disposições.

BRASIL. Lei 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera as leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, nº 12.662, de 5 d junho de 2012, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (código de Processo Penal) *Diário Oficial* da União: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2016.

BRASIL. Decreto nº 9.603, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 11 dez. 2018.

CARVALHO, A. "O Papel da Família na Educação Ambiental Infantil: Desafios e Oportunidades." *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 14, n. 2, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: Uma política de elite imperial. 2. ed.

COSTA, Fábio Pereira. Vassouras: História e cultura. Vaso.

DEAN, Warren. Rio Claro: Um sistema de plantação brasileiro, 1820-1920.

FERREIRA, R.; SILVA, M. "Adaptação às Mudanças Climáticas em Pequenos Municípios: Estudo de Caso em Vassouras, RJ." Revista Brasileira de Estudos Climáticos, v. 15, n. 1, 2021.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala.

GARCIA, B. M. de C.; PENACCI, F. A. Impacto do movimento antivacina para a saúde pública brasileira. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, Brasil, São Paulo, v. 7, n. 15, p. e151408, 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1408. Disponível em: https://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1408. Acesso em: 26 mar. 2025.

HECKMAN, J. Investir no desenvolvimento da primeira infância: Reduzir déficits, fortalecer a economia. A equação de Heckman. *A economia do potencial humano*, 2017. Disponível em: https://ele.ou/c-c/envios/2017/01/D_Heckman_FMCSV_ReduzirDéficit_012215.pdf. Acesso em: 4 set. 2024.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras.

HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes na terra: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Chapel Hill.

LINO, P. "A Infraestrutura Escolar e a Educação Ambiental na Primeira Infância: Desafios Urbanos." *Cadernos de Educação e Sustentabilidade*, v. 5, n. 1, 2016.

LOUREIRO, P. "O Reflorestamento e a Recuperação da Mata Atlântica no Vale do Paraíba: O Caso de Vassouras." Revista de Ciências Ambientais, v. 20, n. 3, 2018.

MARQUES, Adhemar. História do café. 3. ed.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema: a formação do estado imperial. 2. ed. São Paulo.

MELO, Evaldo Cabral de. A outra independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1819. São Paulo.

MONTEIRO, Tobias. História do Império: Política, sociedade e economia. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

NOVAES, Adauto. História do Vale do Paraíba e os Caminhos da Mantiqueira.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo.

PRIMEIRA INFÂNCIA. Vassouras-RJ. Disponível em: https://primeirainfancia.fmcsv.org.br/mu/vassouras-rj/. Acesso em 04 set. 2024.

RAPOSO, Ignácio. História de Vassouras.

SILVA, R. "Currículo Escolar e Educação Ambiental: Integração Necessária na Educação Infantil." *Revista de Pedagogia Crítica*, v. 7, n. 3, 2018.

SOUZA, Antônio José de. Cultura e opulência do Brasil.

SOUZA, M. "Aspectos Socioeconômicos e a Educação Ambiental nas Comunidades Carentes." *Revista de Políticas Sociais e Ambientais*, v. 9, n. 4, 2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Fase 2 Capacitação: Plano Nacional para a Primeira Infância. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação – modalidade profissional. Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA. Percurso da Especialização na Primeira Infância: Direitos, Proteção e Enfrentamento das Violências. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Unidade 3: A importância do investimento na primeira infância e nas áreas prioritárias. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação – modalidade profissional. Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA. Curso de Especialização em Primeira Infância: Direitos, Proteção e o Enfrentamento das Violências. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Unidade 3: A importância do investimento na primeira infância e nas áreas prioritárias. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação – modalidade profissional. Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA. Curso de Especialização em Primeira Infância: Direitos, Proteção e o Enfrentamento das Violências. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Unidade 3: Políticas, direitos e intersetorialidade para pensar a criança como prioridade absoluta. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação – modalidade profissional. Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA. Curso de Especialização em Primeira Infância: Direitos, Proteção e o Enfrentamento das Violências. 2024.

VASCONCELOS, F. “Políticas Públicas de Meio Ambiente para a Primeira Infância: Uma Análise das Diretrizes Nacionais.” *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 10, n. 1, 2020.

Anexo 1 – Metas

EIXO 1 CRIANÇA COM SAÚDE

OBJETIVO	META	INDICADOR	VERIFICAÇÃO	ESTRATÉGIA	RESPONSÁVEL	PRAZO	FONTE DE RECURSOS
Esclarecer dúvidas, tranquilizar os temores e orientar sobre as modificações fisiológicas da gravidez, o processo da parturição e os cuidados com o recém-nascido	Realizar grupos com gestantes	Número de atividades realizadas	Relatório PEC e ESUS	Realizar rodas de conversa, mensalmente, com a participação da equipe multiprofissional na ESF	Atenção Básica	90 dias	Ministério da Saúde
Esclarecer dúvidas, tranquilizar os temores e orientar e acompanhar a fase puerperal	Realizar consulta puerperal	Número de consultas realizadas	Relatório PEC e ESUS	Agendar consulta puerperal para acompanhamento da fase puerperal. Realizar acompanhamento e visita domiciliar pelo ACS de forma mais intensiva na fase puerperal	Atenção Básica	curto	Ministério da Saúde

Promover educação continuada e valorização dos profissionais que atuam com crianças na primeira infância e com suas famílias	Promover o mês da 1ª infância (agosto)	Número de atividades realizadas	Relatório de atividade realizada	Realização do dia D da primeira infância com atualização da caderneta vacinal Distribuir panfletos, folders ou cartilhas sobre a primeira infância na atenção primária e secundária Realização de atividades de educação permanente e continuada	Atenção Básica	médio	Ministério da Saúde
Disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência e IST.	Realizar ações voltadas à prevenção da gravidez na adolescência e das doenças	Número de atividades realizadas	Relatório de atividade realizada	Realizar grupo de planejamento reprodutivo voltado para adolescentes	Atenção Básica	médio	Ministério da Saúde

	sexualmente transmissíveis			Realizar atividade educativa do programa saúde na escola (PSE)			
Garantir a proteção individual e coletiva contra diversas doenças	Ações e estratégias para manter a cobertura vacinal	% de vacinas aplicadas	Sistema PEC e CPNI	Divulgação de campanhas Busca ativa e notificação das crianças com vacina em atraso	Atenção Básica	curto	Ministério da Saúde
Promover reflexões sobre a importância dos vínculos afetivos, cuidados e proteção necessários às crianças e suas famílias.	Cursos de formação na 1ª infância para profissionais	Número de cursos realizadas	Relatório e registro de atividade realizada	Divulgar cursos do Ministério da saúde e Estado com relação a Primeira infância Criar um curso para os profissionais da saúde	Atenção Básica Coord. Saúde criança e adolescente	médio	Ministério da Saúde
Permitir que as pessoas tenham uma vida sexual satisfatória e segura, garantindo uma abordagem	Manter política de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e às	Número de atividades realizadas	Relatório PEC	Realizar rodas de conversa mensal com participação de equipe	Atenção Básica	90 dias	Ministério da Saúde

abrangente para o cuidado com a reprodução.	gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada na gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré natal e pós natal			multiprofissional para a família grávida na ESF			
Estimular o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, prevenção de violências, por meio da ação continua e permanente no dia a dia	Ações educativas sobre prevenção e enfrentamento da violência	Número de atividades realizadas	Relatório PEC	Realizar atividade pelo PSE para crianças de 0-6 anos	Atenção Básica	90 dias	Ministério da Saúde Verba PSE
Orientar os profissionais de saúde para a importância da integralidade do cuidado nas dimensões: acolhimento, atendimento, notificação e seguimento na rede de cuidado e de proteção social;	Capacitação dos profissionais sobre violência	Número de atividades realizadas	Relatório PEC	Buscar parcerias com o CT e outras instituições para realizar atividade de educação permanente na AB e na atenção secundária	Atenção Básica	90 dias	Ministério da Saúde
Orientar sobre os direitos, aumentar os vínculos com a sua parceira e com o filho e ao mesmo tempo estimular o	Formação sobre maternidade e paternidade responsáveis	Número de cursos realizadas	Relatório e registro de atividade realizada	Realizar curso de casais grávidos	Saúde da Mulher	60 dias	Próprio

autocuidado com a saúde e promover uma paternidade ativa							
Qualificar as ações de promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável para crianças menores de dois (2) anos de idade; Aprimorar as competências e habilidades dos profissionais de saúde para a promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar como atividade de rotina das Unidades Básicas de Saúde (UBS).	Aumentar em 10% o número de atividades coletivas relacionadas a alimentação complementar saudável	Número de atividades realizadas	PNAN Estratégia crescer saudável PSE	Confeccionar folderes e material informativo sobre o tema Realizar rodas de conversa sobre a temática, em especial no mês de agosto.	ATAN – Área Técnica de Alimentação e Nutrição	médio	Ministério da Saúde
Prevenir doenças e problemas bucais, identificar alterações e tratá-las antes que se agravem, orientar os pais sobre os cuidados com a saúde bucal e sanar suas principais dúvidas.	Saúde bucal das crianças e gestantes/atenção odontológica educativa e protetiva e inicialmente, antes do bebe nascer com aconselhamento	Número de atendimento realizado	Relatório PEC com % de crianças atendidas pelo profissional odontológico	Avaliar crianças periodicamente desde o nascimento Pré natal odontológico	Atenção Básica	90 dias	Ministério da Saúde Verba PSE

	pré natal e orientações		% de crianças atendidas PSE % gestantes atendidas (pré natal odontológico)	Avaliação PSE			
Permitir o pleno desenvolvimento na infância, de forma saudável e harmoniosa, bem como a redução das vulnerabilidades e riscos para o adoecimento e outros agravos, a prevenção das doenças crônicas na vida adulta e da morte prematura de crianças	Crescimento e desenvolvimento infantil integral	Número de atividades realizadas	Relatório PEC com % de crianças atendidas	Realizar consultas de puericultura para acompanhamento pela ESF PSE – avaliação antropométrica de todas os escolares	Atenção Básica	90 dias	Ministério da Saúde Verba PSE
Propiciar um ambiente que considere as emoções das nossas crianças, incentivando-as a expressarem sentimentos, e realizar uma escuta que faça com que elas se sintam	Monitorar a condição física e emocional das Crianças	Número de atividades realizadas	Relatório PEC com % de crianças atendidas	Realizar atividade de educação continuada prevista no PSE Observar sinais de alteração	Atenção Básica	90 dias	Ministério da Saúde Verba PSE

acolhidas e protegidas				emocional durante as consultas e atendimento de saúde			
Propiciar ambientes seguros para as crianças, permitindo um desenvolvimento pleno, reduzindo a vulnerabilidade e riscos de agravos a saúde	Proteger as crianças dos perigos domésticos e ambientais e ter práticas de higiene que minimizem infecções; usar serviços de saúde promotores e preventivos e buscar atendimento e tratamento adequado para doenças infantis.	Número de atividades realizadas	Relatório PEC com % de crianças atendidas	Estimular a realização da triagem neonatal Realizar desde o pré natal orientações com relação aos cuidados com a proteção da criança	Atenção Básica	90 dias	Ministério da Saúde
Orientar o cuidador a compreender a importância do cuidado de si; identificando os riscos para sua saúde; e reconhecendo a importância do acompanhamento com	Prestar atenção à saúde e ao bem-estar dos cuidadores, bem como das crianças.	Número de atividades realizadas	Número de notificações SINAN	Realizar abordagem com relação ao bem estar do cuidadores e crianças durante o atendimento	Atenção Básica	90 dias	Ministério da Saúde

profissionais da área da saúde.							
Prevenir os agravos relacionados à alimentação e nutrição.	Suplementação quando indicada ou tratamento para desnutrição e obesidade.	Número de atividades realizadasQuantitativo de suplemento alimentar distribuído	Relatório PEC com %	Confeccionar folder e material informativo sobre o programa alimentar disponível Realizar atividades previstas pelo PSE	ATAN	médio	Portaria GM/MS nº 1.127, de 02 de junho de 2021 Ministério da Saúde

EIXO 2 EDUCAÇÃO INFANTIL

OBJETIVO	META	INDICADOR	VERIFICAÇÃO	ESTRATÉGIA	RESPONSÁVEL	PRAZO	FONTE DE RECURSOS
Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até três anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta	Levantar anualmente a população de até 03 anos verificando o percentual de atendimento de demanda	População de até 03 anos do município com sub divisão rural e urbana	Percentual anual de atendimento	Cadastro único realizado anualmente	Diretoria Pedagógica	Anualmente	Municipal

OBJETIVO	META	INDICADOR	VERIFICAÇÃO	ESTRATÉGIA	RESPONSÁVEL	PRAZO	FONTE DE RECURSOS
Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.	Consolidar a rede de Busca Ativa Escolar através da colaboração e participação dos órgãos públicos da assistência social, saúde e educação na Busca Ativa Escolar, até o primeiro bimestre letivo de 2025	Número de representantes participantes do Busca Ativa Escolar cadastrado na plataforma. Número de levantamentos realizados de acompanhamento na plataforma. Número de reuniões realizadas com os componentes do Busca Ativa Escolar	Se os números de representantes são suficientes. Consolidação dos levantamentos realizados e percentual dos acompanhamentos dos atendimentos realizados. Consolidação do número das reuniões realizadas bimestralmente.	Consultar os levantamentos realizados em especial aos beneficiários dos programas de transferência de renda através dos órgãos que realizam essa ação Plataforma do Busca Ativa Escolar Plataforma do Bolsa Família	Coordenador do Busca Ativa Escolar da SMED. Coordenadora do Sistema Presença da SMED. Responsáveis dos programas nos demais órgãos públicos	bimestral	Federal Municipal
Criar sistema online para inscrição e matrícula através do	Implantar um sistema de governança para	Monitoramento diário da matrícula da	Monitoramento e consolidação dos movimentos de	Utilização eficaz do sistema	Diretoria Pedagógica	Outubro de 2024.	Municipal

site da Prefeitura Municipal de Vassouras, de listagem de fila de espera devidamente numerada.	aplicação de estratégia, controle e monitoramento dos dados educacionais até outubro de 2024.	Educação Infantil	matrícula, especificadamente da faixa etária de 0 a 3 anos				
Realizar formações intersetoriais e em parceria com o Conselho Tutelar, sobre violência contra crianças para os professores, buscando a realização dos encaminhamentos necessários aos órgãos competentes, em especial, aos Conselhos Tutelares.	Oferecer cursos de formação na primeira infância para profissionais bimestralmente, atendendo as demandas dos encaminhamentos recebidos. Realizar bimestralmente reuniões intersetoriais para planejamento de ações educativas sobre prevenção e enfrentamento da violência.	Número de cursos oferecidos e profissionais atendidos Número de reuniões realizadas	Percentual de cursos realizados e número de profissionais atendidos Percentual de reuniões realizadas e órgãos participantes.	Divulgar anualmente o calendário letivo para todos os órgãos envolvidos. Construir coletivamente cronograma de reuniões intersetoriais	SMED / Diretoria Pedagógica	Conforme bimestre estabelecido em calendário escolar	Federal Estadual Municipal

Realizar formações específicas para os profissionais que atuam com estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	Promover semestralmente cursos de formação na primeira infância para os profissionais que atuam com estudantes público alvo da educação inclusiva. Acompanhar bimestralmente a movimentação de matrícula dos alunos público alvo da educação inclusiva, com monitoramento da demanda do número de profissionais necessários.	Número de cursos oferecidos e profissionais atendidos no ano Número de demanda de matriculas / profissionais por bimestre letivo.	Percentual de cursos realizados e número de profissionais atendidos Percentual de Atendimento das demandas bimestralmente	Divulgar anualmente o calendário letivo para todos os órgãos envolvidos. Construir coletivamente as demandas de cursos/profissionais/matricula	SMED / Diretoria Pedagógica	Bimestral Semestral Anual	Municipal
Manter o processo de consulta pública para Diretor Geral, Diretor Adjunto das	Lei 3.478 de 13 setembro de 2023.	Homologação de Diretores e Diretores	Realização do processo dentro do triênio previsto		Atendimento as diretrizes previstas na Lei, decretos e editais	SMED/ Comissões	Triênio	Municipal

unidades escolares da Rede Municipal de Ensino		Adjuntos suficiente para o atendimento da Rede Municipal de Ensino		pertinentes ao processo de escolha			
Garantir que a Inspeção Escolar atue tanto nos estabelecimentos públicos quanto privados da Educação Infantil	Criar mecanismos que garantam o funcionamento da equipe de inspeção escolar, com atuação anual de fiscalização e monitoramento das instituições spublicos e privadas da educação infantil	Proporcionalidade de inspetor/números de escolas atendidas	Número de atendimentos realizados bimestralmente pela inspeção escolar no âmbito público e privado Relatório de consolidação de visitas	Criar cronograma de rotina de visita em loco Criar mecanismos de manutenção da equipe de inspeção escolar.	SMED / Diretoria Pedagógica	Bimestral	Municipal
Respeitar as deliberações dos órgãos colegiados criando as condições técnicas e de infraestrutura para o seu funcionamento. Manter as condições técnicas e de infraestrutura para o	Monitorar diariamente e consolidar semanalmente as deliberações publicadas dos órgãos colegiados que terão influência direta no	Número de deliberações	Consolidação e organização das deliberações	Divulgação das deliberações para as intuições e setores para ciência	Diretoria Pedagógica	Anual	Municipal

funcionamento e autonomia dos órgãos colegiados	acompanhamento e desenvolvimento da educação infantil.						
Readequar o Plano Municipal de Educação em consonância ao Plano Nacional de Educação aprovado pelo Congresso Nacional, com ênfase no funcionamento do Sistema Municipal de Educação para o próximo período vinculativo.	Organizar a readequação do Plano Municipal de Educação estimulando a participação de pelos menos 80% como integrantes das representações civis e públicas pertinentes, até início do próximo decênio estabelecido pós 2025.	- Número de comissões estabelecidas para este fim. - Número de atas das reuniões - Reuniões realizadas Plano finalizado no prazo para cumprimento dos trâmites legais	Portarias de nomeação das comissões pertinentes. Consolidação do percentual de cumprimento do cronograma cumprindo prazo e reuniões propostas. Disponibilização dos do arquivo da construção da readequação da proposta do Plano Municipal de Educação.	Compor um GT para organização o processo de construção da readequação do Plano Municipal de Educação Normatização do processo de readequação previstos nas normatizações federais.	Secretaria Municipal de Educação	Até dezembro de 2025	Municipal
Preservar as especificidades da Educação Infantil na	Aumentar em pelo menos 20% o atendimento em	Número de unidades alinhados ao	Consolidação dos dados levantados.	Cronograma de reuniões setoriais para levantamento de	SMED	Triênio	Municipal

organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de até cinco anos e onze meses em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) estudante de seis anos de idade no ensino fundamental.	consonância ao estabelecido nos parâmetros de qualidade da Educação Infantil criando mecanismos de monitoramento nas diretrizes da organização da rede no que tange a estruturação dos estabelecimentos de ensino até o final triênio. Criar mecanismo de monitoramento na construção e atualização do currículo alinhado à Base Nacional Comum Curricular e seus complementos.	parâmetro de qualidade. Número de atualização realizada do Currículo Mínimo da Educação Infantil no período.	Publicação das atualizações do Currículo Mínimo.	demanda. Divulgação dos documentos pertinentes e do cronogramas de reuniões. Estudo em rede dos Parâmetros de Qualidade e do Currículo Mínimo da Educação Infantil.			

EIXO 3 ASSISTÊNCIA SOCIAL ÀS CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS

OBJETIVO	META	INDICADOR	VERIFICAÇÃO	ESTRATÉGIA	RESPONSÁVEL	PRAZO	FONTE DE RECURSOS
Ampliar a rede socioassistencial para garantir, a todas as gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade social, acesso aos serviços de proteção social, incluindo o fortalecimento de vínculos e o apoio à parentalidade de alta qualidade	Garantia da manutenção da equipe volante no CRAS Centro	Contratação de equipe	Registro de atendimentos	Concurso público	Gestão Municipal e SMAS	2026	municipal, estadual e federal
	Implantação de equipe volante no CRAS Alto do Rio Bonito	Contratação de equipe	Registro de atendimentos	Concurso público	Gestão Municipal e SMAS	2026	municipal, estadual e federal
	Implantação de Centro de Convivência em Massambará	Organização do espaço físico e estrutura	Informação no CADSUAS/MDS	Planejamento financeiro e orçamentário	Gestão Municipal e SMAS	2026	municipal, estadual e federal
	Implantação de Centro de Convivência em Andrade Pinto	Organização do espaço físico e estrutura	Informação no CADSUAS/MDS	Planejamento financeiro e orçamentário	Gestão Municipal e SMAS	2027	municipal, estadual e federal

	Implantação de Centro de Convivência em Andrade Costa Implantação de Centro de Convivência em Ipiranga	Organização do espaço físico e da estrutura mínima	Informação no CADSUAS/MDS	Planejamento financeiro e orçamentário	Gestão Municipal e SMAS	2027	municipal, estadual e federal
Reconhecer a importância do atendimento domiciliar principalmente para famílias em vulnerabilidade social	Implantação do Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para crianças	Contratação de equipe	Registro de atendimentos	Concurso público	Gestão Municipal e SMAS	2026	municipal, estadual e federal
Fortalecer a integração, a intersetorialidade e a complementaridade dos serviços, programas e benefícios da Assistência Social	Implantação do setor de vigilância socioassistencial	Contratação de equipe	Realização da Gestão do território – levantamento de dados, monitoramento e avaliação dos serviços.	Processo seletivo ou concurso público	Gestão Municipal e SMAS	2025	municipal

	Garantia do mapeamento de todos serviços, programas e projetos voltados para a primeira infância (governamental e não governamental)	Disponibilização da Lista atualizada	A efetividade do acesso da rede socioassistencial a esta lista	Contratação da equipe de vigilância socioassistencial	SMAS	2025	municipal
	Inclusão das metas do Plano Municipal de Primeira Infância no Plano Municipal de Assistência Social	Previsão no Plano Municipal de Assistência Social	Aprovação pelo CMAS	Elaboração do Plano a ser realizada por Comissão específica	SMAS	2026	municipal
	Participação de forma intersetorial da Semana Mundial do brincar	Planejamento intersetorial	Registros das ações	Ações intersetoriais planejadas em um calendário para o	SMAS	Contínuo	municipal

				mês de maio			
	Participação do mês da primeira infância	Planejamento intersetorial	Registros das ações	Ações intersetoriais planejadas em um calendário para o mês de agosto	SMAS	Contínuo	municipal
	Participação da semana do bebê	Planejamento intersetorial	Registros das ações	Ações intersetoriais planejadas em um calendário	SMAS	Contínuo	Municipal
Garantir o acompanhamento familiar, pelos CRAS e CREAS, que tenham crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, inclusive após a reintegração	Fortalecimento do PAIF e do PAEFI	Quantidade de recursos humanos suficientes para os serviços e veículos para visitas domiciliares	Registro de atendimentos	Contratação de equipe através do concurso público	Gestão Municipal e SMAS	2026	Municipal. estadual e federal

familiar							
	Realização de grupos, oficinas e ações comunitárias abordando as diversas temáticas sobre a primeira infância junto às famílias	Quantidade de atendimentos realizados pelos CRAS e CREAS	Registro de atendimentos	Previsão no Plano de Ação dos equipamentos	SMAS	Contínuo	Municipal. estadual e federal
Regulamentar a vinculação de recursos obrigatórios para o Sistema Único de Assistência Social a nível municipal,	Elaboração de Minuta de PL – Lei do SUAS com previsão de percentual mínimo de repasse financeiro e estrutura administrativa	Apresentação da PL ao gestor municipal	Aprovação pelo legislativo	Apresentação sobre o SUAS à Câmara Municipal	SMAS	2025	Municipal

garantindo o fortalecimento dos programas/serviços voltados às famílias com gestantes e com crianças na primeira infância	conforme a necessidade de execução da Política Pública de Assistência Social						
Ampliar os serviços de acolhimento familiar de modo a evitar a institucionalização de crianças na primeira infância	Implantação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e do Programa Municipal de Guarda Subsidiada	Apresentação da Minuta de PL ao Gestor Municipal	Aprovação pelo legislativo	Apresentação do serviço e programa ao gestor municipal	SMAS	2025	Municipal, estadual e federal
Priorizar as qualificações dos profissionais sobre a especificidade da primeira infância	Realização ou organização de capacitações sobre primeira infância para os profissionais do SUAS	Identificação de capacitações anuais	Avaliar atuação dos profissionais junto a primeira infância	Contratação de empresa especializada ou viabilização da participação dos profissionais em capacitações ofertadas por outros entes ou órgãos	SMAS	Contínuo	Municipal, estadual e federal
	Manutenção do espaço lúdico no	Pintura do espaço,	Identificação das melhorias	Aquisição de materiais e/ou	SMAS	Contínuo	Municipal, estadual e

	Serviço de Acolhimento Institucional	substituição de brinquedos e livros velhos e quebrados	realizadas	parcerias com organização não governamental			federal
Garantir o direito de brincar	Orientação às famílias quanto ao estímulo ao desenvolvimento da criança na primeira infância através do brincar	Temas abordados nos grupos, oficinas e ações comunitárias	Registro de Atendimento mensal	Planejamento dos equipamentos e articulação com instituições que atuam nesta área	SMAS	Contínuo	Municipal, estadual e federal
Redução da subnotificação ao mínimo possível	Capacitação dos atores da rede intersetorial com esclarecimentos sobre a violência, a importância das notificações	Comparativo das notificações dos anos anteriores	Registros das notificações coletados pelo CT	Capacitação e mobilização dos profissionais que compõem a rede e definição de fluxos das notificações	SMAS	2025	Municipal, estadual e federal
	Definição de fluxos das notificações	Portaria Conjunta dos órgãos envolvidos	Pesquisa junto aos órgãos envolvidos se a Portaria está sendo cumprida	Reuniões de articulação entre os órgãos envolvidos	SMAS e rede intersetorial	2025	municipal
	Definição de fluxos dos atendimentos	Portaria Conjunta dos órgãos envolvidos	Pesquisa junto aos órgãos envolvidos se a Portaria está	Reuniões de articulação entre os órgãos	SMAS e rede intersetorial	2025	municipal

			sendo cumprida	envolvidos			
	Realização de Fóruns de Discussão sobre Violência contra crianças na Primeira Infância	Registro dos eventos					
Prevenção e enfrentamento da violência	Promover campanhas municipais alinhadas com campanhas nacionais de sensibilização para prevenção e enfrentamento da violência	Maio conhecimento da população sobre o tema	Registros de ações dos equipamentos	Divulgação em Material impresso (folders e cartilhas de orientação)e audiovisuais, grupos PAIF e PAEFI, oficinas e ações comunitárias com a famílias, mobilizações em espaços públicos	SMAS	Contínuo	Municipal, estadual e federal
Aprimorar os serviços de proteção social para melhor enfrentamento de situações de negligência e	Capacitação sobre escuta especializada para todos os serviços e programas da assistência social.	Identificação de Profissionais qualificados	Comprovação das capacitações e avaliar o nível de segurança dos profissionais através de pesquisa junto aos mesmos	Contratação de empresa especializada no assunto para capacitação e assessoria	SMAS	2026	Municipal. estadual e federal

violência contra crianças e adolescentes	Implantação da Lei Federal nº 13.431, de 2017 (Lei da Escuta Protegida)	Identificação aos Processos de trabalho adotados pela rede municipal	Avaliação dos atendimentos realizados	Mobilização dos gestores municipais	Rede Municipal de atendimento às crianças e adolescentes	2026	Municipal
Ampliar a rede de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos	Ampliar a Oferta de SCFV, disponibilizando nos seguintes bairros: Ipiranga, Itakamosi, Grecco, Barão de Vassouras, Massambará, Andrade Pinto e Andrade Costa	Nº de crianças atendidas	Registro de atendimento mensal e sistema de monitoramento de governo federal	Contratação de recursos humanos e/ou realização de termo de parceria	Gestão Municipal e SMAS	2026	Municipal, estadual e federal
Aperfeiçoar os mecanismos de integração do SUAS com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e com demais atores do Sistema de Garantia de Direitos.	Garantir a elaboração e execução do Plano Municipal de Medida Socioeducativa	Metas do Plano Municipal	Plano de Ação Anual	Comissão e Coordenação Municipal de medida socioeducativa	Gestão Municipal, SMAS, SMED, SMS, SMC, SME	Contínuo	Municipal, estadual e federal

Promover o trabalho de preparação cuidadosa das crianças e dos adolescentes para a adoção, capacitando os profissionais dos serviços de acolhimento e da justiça da infância para tal	Capacitação sistemática dos profissionais do serviço de acolhimento	Identificação dos profissionais qualificados	Certificados	Promoção através de contratação de empresa especializada ou viabilização de participação em capacitações realizadas por outros entes/órgãos	SMAS	Contínuo	Municipal, estadual e federal
	Atendimento psicológico individual e/ou em grupo dos profissionais do serviço de acolhimento de crianças e adolescentes	Atendimentos realizados junto aos profissionais	Organização da gestão municipal e avaliação da qualidade do trabalho desenvolvido no abrigo	Parceria com a Secretaria de saúde e/ou parceria com instituições não governamentais	Gestão Municipal e SMAS	2025	municipal
Participação da criança de até 06 anos na formatação de serviços e programas	Criar canais de escuta e consulta de crianças e de suas famílias sobre suas necessidades, expectativas,	Devolutiva dos equipamentos à gestão	Mecanismos instituídos pela gestão e pelos equipamentos através dos seus planos de ação e	Caixas de ouvidoria, escuta através de grupos e oficinas realizadas pelos equipamentos	SMAS	2026	Municipal

	sugestões e reclamações sobre os serviços, programas e projetos socioassistenciais		processos de planejamento				
Participação na Semana do Bebê	Oferecer atividades Lúdicas no equipamento denominado Vagão da Leitura	Número de Participantes	Comparativo de resultados	Mobilizar a comunidade afim de garantir a maior participação possível	Secretaria de Cultura	2025	Municipal
Participação no mês da Primeira Infância	Fornecer espaços e tempo de brincar cultural e artístico nos espaços de acolhida de crianças menores de 6 anos, especialmente nos espaços culturais; Agendar data para exposição relativa ao tema Primeira Infância no Centro Cultural	Número de Participantes	Comparativo de resultados	Revitalização de espaços e criação de Projetos	Secretaria de Cultura	2026	Municipal

	Cazuza	Número de Visitantes	Comparativo de resultados	Parceria com as Secretarias para montagem da Exposição	Secretaria de Cultura	2025	Municipal
Participação de forma intersetorial da Semana Mundial de Brincar	Criar Projetos integrados com as Secretarias de Educação e Esporte Oferecer atividades Lúdicas no equipamento denominado Vagão da Leitura	Capacidade de alcance	Quantitativo	Elaborar Projetos Junto as escolas Municipais e Creches em Parceria com a Secretaria de Esporte e Lazer	Secretaria de Cultura	2026	Municipal

EIXO 4 A CRIANÇA E O ESPAÇO – A CIDADE E O MEIO AMBIENTE

OBJETIVO	META	INDICADOR	VERIFICAÇÃO	ESTRATÉGIA	RESPONSÁVEL	PRAZO	FONTE DE RECURSOS
Introduzir conceitos básicos de sustentabilidade, reciclagem e preservação ambiental para crianças entre 0 e 6 anos.	Atingir 80% das crianças em creches e escolas da rede pública com atividades lúdicas de educação ambiental até o final do 2º ano de implementação.	Número de crianças que participam de atividades relacionadas ao meio ambiente.	Relatórios mensais das escolas e creches com lista de atividades realizadas e fotos.	Desenvolver materiais didáticos lúdicos e capacitar professores para atividades de conscientização ambiental.	Secretaria de Meio Ambiente em parceria com Secretaria de Educação.	2 anos.	Orçamento municipal, parcerias com ONGs e empresas privadas.
Introduzir o conceito de	Implementar hortas em 60% das creches e escolas da	Número de hortas implantadas e	Relatórios de visita e	Desenvolver hortas pedagógicas e	Secretaria de Agricultura e Meio	3 anos.	Orçamento municipal,

alimentação saudável e incentivar o cultivo de hortas escolares e comunitárias.	rede pública até o final do 3º ano de implementação.	mantidas.	manutenção das hortas escolares com fotos e amostras de produção.	realizar oficinas de plantio com as crianças.	Ambiente em parceria com a Secretaria da Educação.		editais de fomento à agricultura urbana e doações de empresas privadas.
Incentivar o contato das crianças com a biodiversidade local por meio da preservação e reflorestamento de áreas verdes urbanas.	Plantar 250 árvores em áreas urbanas com a participação das crianças até o final do 4º ano de implementação.	Número de árvores plantadas e taxa de sobrevivência das plantas.	Relatórios de plantio com coordenadores das áreas verdes e fiscais ambientais.	Envolver as crianças em campanhas de plantio de árvores e visitas a áreas de reflorestamento.	Secretaria do Meio Ambiente em parceria com ONGs de reflorestamento.	4 anos.	Fundo municipal de meio ambiente, patrocínio de empresas privadas e parcerias com ONGs.
Oferecer capacitação contínua para educadores e sensibilizar pais sobre a importância da sustentabilidade	Capacitar 100% dos professores da educação infantil em temas de sustentabilidade até o final do 2º ano de implementação.	Número de professores capacitados e pais engajados nas atividades ambientais.	Certificados de participação dos cursos e relatórios das oficinas com os pais.	Realizar cursos e workshops periódicos para educadores e pais, abordando práticas de sustentabilidade.	Secretarias de Meio Ambiente, Educação, em parceria com universidades e instituições de ensino.	2 anos.	Orçamento municipal, programas de capacitação do governo estadual e federal.

desde a infância.							
Acompanhar a evolução e o impacto do plano nas escolas e comunidades.	Realizar avaliações semestrais sobre a implementação das atividades e o impacto na conscientização ambiental das crianças.	Relatórios de progresso das metas estabelecidas e análise de resultados obtidos.	Auditorias semestrais com visitas às escolas e reuniões com as secretarias envolvidas.	Estabelecer uma equipe de monitoramento composta por representantes das secretarias e especialistas em educação ambiental.	Secretaria do Meio Ambiente.	Semestralmente durante 5 anos.	Orçamento municipal e estadual.

EIXO 5 A CRIANÇA E A CULTURA

OBJETIVO	META	INDICADOR	VERIFICAÇÃO	ESTRATÉGIA	RESPONSÁVEL	PRAZO	FONTE DE RECURSOS
Garantir à Primeira Infância o acesso à Cultura	Conscientizar a Sociedade Civil quanto à importância da inclusão de programas destinados a Primeira Infância.	Número suficiente de adeptos do Conselho Municipal de Políticas Públicas Culturais (CMPC)	Número suficiente de adeptos para aprovação	Sistema Municipal de Indicadores e Informações	Secretaria Municipal de Cultura	Anual	Municipal
Criar programas de fomento ao esmero artístico através de atividades destinadas a Primeira Infância	Incluir no orçamento anual recursos destinados a programas específicos	Previsão no Plano Municipal de Cultura	Aprovação pelo CMPC	Complementação ao Plano Municipal de Cultura	Secretaria Municipal de Cultura	2026	Municipal
Garantir à Primeira Infância o acesso ao patrimônio material e imaterial identitário do município	Revitalizar o vagão da leitura e adaptar a biblioteca municipal Maurício de Lacerda	Organização do espaço físico e estrutura	Número de usuários atendidos	Firmar parcerias com agentes municipais de cultura e Plano intersetorial	Secretaria Municipal de Cultura e Departamento de Patrimônio	2025	Municipal
Revitalizar os espaços públicos existentes para realização de	Revitalizar o vagão da Leitura e adaptar a Biblioteca Municipal	Organização do espaço físico e estrutura	Número de usuários atendidos	Contratação de equipe especializada	Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria	2026	Federal, Estadual e Municipal

atividades permanentes destinadas á Primeira Infância	Maurício Lacerda				Municipal de Obras		
Inserir na programação cultural dos equipamentos atividades destinadas a Primeira Infância	Criar calendários de eventos permanentes destinados a Primeira Infância	Sistema Municipal de Indicadores e Informações	Calendários dos equipamentos culturais	Mobilização dos dirigentes dos equipamentos culturais	Secretaria Municipal de Cultura	2025	Municipal
Fomentar os projetos existentes de forma a atender maior público da Primeira Infância	Ampliar a oferta de vagas nas aulas de dança, teatro e ballet	Número de matrículas disponíveis	Número de matrículas realizadas	Ampliação de dias e horários	Secretaria Municipal de Cultura	2025	Municipal
Garantir especialização e formação continuada dos profissionais que atuam na atenção à Primeira Infância	Capacitação dos profissionais	Identificação dos profissionais capacitados	Certificados	Contratação de empresa especializada	Secretaria Municipal de Cultura	2026	Municipal

EIXO 6 NO ESPORTE E LAZER

OBJETIVO	META	INDICADOR	VERIFICAÇÃO	ESTRATÉGIA	RESPONSÁVEL	PRAZO	FONTE DE RECURSOS
Aumentar a oferta de espaços públicos para o lazer, a recreação e as brincadeiras das crianças nas cidades, em especial nas áreas de pobreza	Criação de espaços lúdicos de brincar para crianças de 0 a 6 anos de idade, prioritariamente em bairros com maior incidência de famílias em situação de vulnerabilidade.	Identificação do número de espaços de instalações de acordo com relatório estatístico.	Registros fotográficos/processo licitatório.	Instalação de playgrounds. Tradicionais em espaço público: estruturas com balanças, escorregadores, gangorras e trepa-trepas.	Gestão Municipal Educação, Cultura e Esporte e Lazer	2026 a 2030	Recurso Federal, Estadual, Municipal e Empresas parceiras.
	Manutenção de ciclovia e pistas de skate em que as crianças possam andar de bicicleta, patinete ou skate, estimulando a prática de atividades físicas ao ar livre.	Número de crianças frequentadoras de acordo com relatório estatístico.	Registros fotográficos/processo licitatório	Planejamento orçamentária e financeiro e estabelecimento de parcerias	Gestão Municipal Educação, Cultura e Esporte e Lazer	2026 a 2030	Recurso Federal, Estadual, Municipal e Empresas parceiras.
	Criar e manter brinquedotecas	Número de crianças frequentadoras	Registros fotográficos/processo	Planejamento orçamentário e financeiro e	Educação Cultura	2026 a 2030	Recurso Federal, Estadual,

	itinerantes.	de acordo com relatório estatístico	licitatório.	estabelecimento de parcerias.	Esporte e Lazer		Municipal e Empresas parceiras.
Oferecer espaço lúdicos de interatividade, de criatividade, de estimulação sensorial e cognitiva.	Criar parque sensorial.	Relatório estatístico	Registros fotográficos/processo licitatório.	Instalação de espaço público que ofereça diferentes texturas, sons e cores, projetados para estimular os sentidos das crianças, como caminhos sensoriais, painéis interativos e áreas com plantas perfumadas.	Educação Cultura Esporte e Lazer	2026 a 2030	Recurso Federal, Estadual, Municipal e Empresas parceiras.
Criar espaços para trabalho psicomotricidade	Planejar e construir, junto com a comunidade, os espaços de brincar, num processo de escuta e efetiva participação das famílias. Envolver também as crianças no planejamento dos espaços lúdicos, na definição dos equipamentos,	Identificação do número de espaços de instalações de acordo com relatório estatístico.	Relatório estatístico	Planejamento orçamentária e financeiro e estabelecimento de parcerias.	Educação Cultura Esporte e Lazer	2026 a 2030	Recurso Federal, Estadual, Municipal e Empresas parceiras.

	brinquedos e jogos e na decoração de muros, paredes, pisos, calçadas.						
Incluir nos programas de formação continuada de professores e profissionais que atuam com bebês e crianças de até 06 anos de idade	Campanhas realizadas no calendário anual	Número de crianças frequentadoras de acordo com relatório estatístico	Relatório estatístico	Desenvolver/trabalhar a coordenação motora do público alvo	Educação Cultura Esporte e lazer	2026 a 2030	Recurso Federal, Estadual, Municipal e Empresas parceiras.
Projeto de parceria entre a secretaria municipal de esporte e lazer, cultura e educação para realização de atividades esportivas e de lazer nas creches da rede	Funcionários capacitados da educação, esporte e lazer e da cultura interagindo em conjunto com funcionários que lidam com as crianças da creche na área psicomotora	Identificação do número de espaços de instalações	Relatório estatístico	Desenvolver/trabalhar a coordenação motora do público alvo	Educação Cultura Esporte e lazer	2026 a 2030	Recurso Federal, Estadual, Municipal e Empresas parceiras.

pública municipal							
Participar de forma intersetorial da Semana Mundial do Brincar	Campanhas realizadas no Calendário Anual	Coletar número de crianças frequentadoras	Relatório estatístico	Desenvolver/trabalhar a coordenação motora do público alvo	Educação Cultura Esporte e lazer	2026 a 2030	Recurso Federal, Estadual, Municipal e Empresas parceiras
Participar do mês da Primeira Infância	Campanhas realizadas no Calendário Anual	Coletar número de crianças frequentadoras	Relatório estatístico	Desenvolver/trabalhar a coordenação motora do público alvo	Educação Cultura Esporte e lazer	2026 a 2030	Recurso Federal, Estadual, Municipal e Empresas parceiras
Participar da semana do bebê	Campanhas realizadas no Calendário Anual	Coletar número de crianças frequentadoras	Relatório estatístico	Desenvolver/trabalhar a coordenação motora do público alvo	Educação Cultura Esporte e lazer	2026 a 2030	Recurso Federal, Estadual, Municipal e Empresas parceiras

Minuta do Termo

TERMO DE COMPROMISSO DO(A)

PREFEITO(A) DA CIDADE DE VASSOURAS

Eu, ...,
portador(a) do RG:.....CPF:.....
Prefeito(a) da cidade de Vassouras assumo o compromisso da Agenda Prioritária da Primeira Infância na minha gestão municipal (mandato de 20xx a 20xx). Comprometo-me em empenhar esforços, investindo tempo e recursos de forma diligente e de forma determinada para o cumprimento das metas do Plano Municipal da Primeira Infância vigente a fim de garantir e promover políticas públicas e ações que visem o bem-estar, desenvolvimento e direitos das crianças até os 06 anos de idade.
Para isto adotarei os seguintes mecanismos:
a) Planejamento orçamentário e financeiro para o cumprimento do art. 4º do Estatuto da criança e do Adolescente – Lei 8.069/90.
b) Participação ativa em ações e eventos realizados em prol da Primeira Infância acompanhando as políticas públicas ofertadas para a Primeira Infância.
c) Cobrança de cada pasta gestora de política pública municipal pela execução adequada das ações de acordo com o Plano.
d) Articulação com a Casa Legislativa Municipal para conscientização da Agenda e para garantir o cumprimento das Metas do Plano.

Vassouras, -----/--------/----------

_____

ASSINATURA